

EDITORIAL

O Curso de Economia da FAE Centro Universitário apresenta a edição de abril de 2018 do periódico eletrônico mensal *Vitrine da Conjuntura*. O número atual contém as seções permanentes do Panorama Econômico e Indicadores, e três textos enfocando o cenário econômico e político do País.

O primeiro artigo destaca as apreciáveis conquistas da sociedade brasileira, desde o processo de redemocratização em 1985, e explicita um provável elenco de propostas a ser contemplado no debate eleitoral do corrente ano.

A segunda incursão busca descrever e interpretar a combinação entre a consistente trajetória de diminuição da taxa Selic, verificada desde outubro de 2016, e a ainda moderada reação dos negócios domésticos.

A terceira reflexão avalia as peculiaridades da discreta evolução do produto interno bruto (PIB) brasileiro em 2017 e o encaminhamento da construção da quarta década perdida consecutiva pela nação.

Ótima leitura.

Paz e Bem.

Gilmar Mendes Lourenço

Editor.

ATIVOS E PRIORIDADES EM TEMPOS DE ELEIÇÕES

Gilmar Mendes Lourenço

Em meio a um cenário marcado por discreta recuperação da economia, permanente adiamento das reformas institucionais e acirramento das disputas visando à sucessão presidencial, com a precipitação de posturas radicais, centradas no populismo de diferentes matizes, parecem fundamentais o resgate e estruturação temporal do apreciável conjunto de transformações e avanços registrado pela nação em mais de três decênios, resumidos em quatro vetores.

Inquestionavelmente a primeira e principal conquista recente da sociedade brasileira residiu no retorno da Democracia, fruto da fadiga do regime ditatorial, inaugurado com o golpe de março de 1964, evidenciada por sucessivas e fragorosas derrotas amargadas pelo governo nos pleitos proporcionais de 1974, 1978 e 1982, com a inclusão neste das eleições para governadores. Não é exagerado argumentar que o País retrata um dos poucos casos, na história da humanidade, de recomposição da prática democrática pelas urnas.

O marco institucional da restauração dos pilares democráticos foi fincado no princípio de 1985, caracterizado pela realização de eleições indiretas para o comando da república, resultado da celebração de um arranjo conservador entre as alas consideradas progressistas do regime militar e moderadas das oposições, imbuído do propósito de evitar a ocupação do poder pela articulação promovida pelo ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf.

A corrente moderada era liderada pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), nas figuras de Ulisses Guimarães, presidente da sigla e condutor do movimento “Diretas Já”, e Tancredo Neves, ex-governador de Minas Gerais e candidato à presidência no colégio eleitoral, figurando José Sarney, o antes aliado dos golpistas, como vice da chapa.

Com a morte precoce de Tancredo e a posse de Sarney, garantida pelas pressões de Ulisses, a despeito do repúdio explícito manifestado pelas frações conservadoras da caserna, capitaneadas pelo grupo do presidente João Batista Figueiredo, a manutenção das alianças e compromissos firmados ainda em 1984 redundaram no surgimento de um governo enfraquecido, inclusive com a preservação da equipe ministerial não escolhida pelo mandatário.

A incursão intervencionista, amparada no plano cruzado, lançado em fevereiro de 1986, sintetizado no abrupto declínio da inflação, sustentado em um congelamento generalizado de preços, com duração indeterminada, ao lado de expressivos aumentos reais do salário mínimo e demais remunerações dos trabalhadores, provocou o rápido suprimimento da demanda reprimida por bens de consumo, o que foi determinante para a acachapante vitória eleitoral do PMDB que, a partir de 1987, passou a ocupar quase 2/3 do congresso nacional, encarregado institucionalmente de elaborar a nova Constituição.

A invasão dos estabelecimentos varejistas pelos “fiscais do Sarney”, munidos de tabelas de preços, foi crucial para aquele desfecho político virtuoso, mesmo à custa do substancial desalinhamento da base de preços relativos, cuja correção impôs o abandono das regras do cruzado uma semana após a confirmação dos resultados do episódio eleitoral.

A Carta Magna, promulgada em fins de 1988, representou a segunda grande vertente de vitória dos atores sociais brasileiros. Em vez de traduzir a supressão de alguns poucos entulhos da época do autoritarismo, o novo arcabouço expressou a retirada do abrangente grupo de restrições ao funcionamento do tecido social, orientado por valores subjacentes às liberdades individuais e à perseguição da diminuição da desigualdade.

Das sementes plantadas na Constituição de 1988 surgiram os programas de transferência de renda, iniciados nos anos 1990 e 2000, durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), e ampliados na gestão Lula, mediante a aglutinação das principais iniciativas sociais no programa Bolsa Família, oportunizando a transmissão da mensagem de que o Brasil teria aprendido a fazer políticas públicas focadas na busca da equidade e extinção da miséria.

O terceiro eixo de aprimoramentos equivale à desinflação, provocada pela implantação do plano real, desenhado desde o final de 1993, durante a gestão de Itamar Franco, que, essencialmente, assegurou significativa ampliação do horizonte temporal de previsibilidade aos agentes econômicos.

Das sementes plantadas na Constituição de 1988 surgiram os programas de transferência de renda, iniciados nos anos 1990 e 2000, durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso, e ampliados na gestão Lula.

Escorada em um ajuste fiscal provisório, centrado na retenção de parcela da arrecadação e na cobrança do imposto sobre movimentações financeiras, e no lançamento do “indexador do bem”, chamado Unidade Real de Valor (URV), a eliminação da memória inflacionária dependeu quase que exclusivamente do manuseio de variáveis de curto prazo, sendo permanentemente postergadas as mudanças estruturais capazes de erradicar a causa primária das tensões inflacionárias: o desequilíbrio fiscal e financeiro das contas públicas. Porém, não por acidente a inflação anual despencou de 5000% ao ano, na véspera da edição do real, em 31 de junho de 1994, para 2,8%, em 2018.

Por fim, o quarto elemento mudancista abarca o complexo organismo de investigações acoplado à operação Lava Jato que desnudou as feições patrimonialistas do estado brasileiro e os laços promíscuos entre as esferas públicas e privadas, peculiaridades seculares da nação que foram multiplicadas nos tempos recentes com o aparelhamento partidário ou parasitário das companhias estatais e das peças orçamentárias, nas distintas instâncias.

Por certo, a percepção coletiva de tais ganhos desencadeará a explicitação de preferências eleitorais alinhadas com propostas mais comprometidas com modificações de vulto no modus operandi do País, com ênfase, pelo ângulo político pelo restabelecimento, ou ao menos desentupimento, dos canais de comunicação entre o sistema político e a sociedade civil organizada.

Pela ótica microeconômica, emerge a premência de intensificação da abertura comercial, retomada consistente e transparente do programa de privatizações, concessões e parcerias público-privadas, e simplificação e implementação da progressividade do aparato tributário.

No terreno macro, seria igualmente relevante seria o amplo reordenamento do estado, na direção do encaixe dentro dos limites orçamentários, impostos pela inscrição do teto constitucional para as despesas primárias da união por duas décadas a contar de 2017.

É claro que o alcance desse propósito geral impõe a adequação dos regimes previdenciários ao inevitável fechamento da janela demográfica, a revisão dos incentivos setoriais e de outras prioridades pouco sensíveis ao cumprimento de critérios elementares de fluxos de caixa, e a redefinição do pacto federativo, conferindo maior fatia do bolo de recursos a estados e municípios.

Só assim será possível a viabilização de um ferrenho ataque aos pontos de estrangulamento nas áreas de infraestrutura, educação e inovação, elementos estratégicos para a conformação de um ciclo expansivo de longa maturação.

CORTES DA SELIC E SINAIS BIZARROS DA ECONOMIA BRASILEIRA

Gilmar Mendes Lourenço

A 12ª queda consecutiva da taxa Selic, referência para a rolagem da dívida pública e transações interbancárias, decidida pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), no encontro de 21 de março de 2018, representa o reconhecimento, pela autoridade monetária, da consolidação do ambiente marcado por desinflação e raquítica recuperação da economia brasileira. (Tabela 1).

TABELA 1 - BRASIL – TAXA SELIC – OUTUBRO/2016-MARÇO/2018

MÊS	SELIC (EM % ANUAL)
2016	
Outubro	De 12,25 para 14
Dezembro	De 14 para 13,75
2017	
Janeiro	De 13,75 para 13
Fevereiro	De 13 para 12,25
Abril	De 12,25 para 11,25
Maio	De 11,25 para 10,25
Julho	De 10,25 para 9,25
Setembro	De 9,25 para 8,25
Outubro	De 9,25 para 7,50
Dezembro	De 7,50 para 7
2018	
Fevereiro	De 7 para 6,75
Março	De 6,75 para 6,50

FONTE: BC

Mais precisamente, os chamados juros primários despencaram de 14,25% ao ano, em outubro de 2016, para 6,50% a.a., em março de 2018, alcançado o menor patamar desde 1986, quando teve início a série histórica levantada mensalmente pela autoridade monetária e marcada por juros exorbitantes. Ademais, o Copom sinalizou, para a reunião de maio de 2018, nova redução e encerramento do atual estágio cadente da Selic.

Cumpra recordar que a Selic recuou de 12,5% a.a. para 7,25% a.a., entre julho de 2011 e outubro de 2012 – quando o BC preferiu fazer as vontades populistas da presidente da república -, mantendo-se naquele nível até abril de 2013, quando recobrou a tendência ascendente até atingir 14,25% a.a., entre julho de 2015 e outubro de 2016.

Na verdade, em um clima de aprofundamento das incertezas políticas e emperramento da agenda de reformas institucionais, o abrandamento do conservadorismo do Copom encontra inspiração em dois fatores: a) rota cadente da inflação, reforçada pela significativa massa de desempregados e a perspectiva de colheita da segunda maior safra de grãos da história – 227,2 milhões de toneladas, 5,6% menor que o recorde de 2017 -; e b) fraqueza na retomada da produção e dos negócios da nação, em contraste com a continuidade da recuperação da economia mundial.

A perda de ímpeto dos reajustes de preços é ilustrada pelo comportamento do índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, que declinou de 7,87% a.a., em outubro de 2016, para 2,84%, em doze meses findos em fevereiro de 2018, abaixo do piso do centro da meta de 4,5% a.a., fixada pelo regime aplicado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) desde 1999, mantido para 2018 e revisto para 4,25%, em 2019, e 4,0%, em 2020. Já o IPCA-15 apurou inflação anual de 2,8% até 15 de março de 2018.

De seu lado, a dinâmica das transações em escala planetária mantém-se ativa, a despeito das estripulias cometidas por Donald Trump, especialmente o interesse em deflagrar conflitos comerciais, com desdobramentos negativos nos mercados de risco, atestados pelo recuo de -5,3% do índice Dow Jones, desde o final de 2017.

Aliás, também em 21 de março, o Federal Reserve (Fed), banco central dos Estados Unidos, em sintonia com a discreta aceleração da inflação (2,2% a.a.), sinalizou a manutenção da política de gradualismo no aperto monetário, ao subir a taxa básica de juros daquele País da faixa entre 1,25% a.a. e 1,50% a.a., para 1,50% a.a. e 1,75% a.a.

O cenário benigno vem contribuindo para a conformação de uma atmosfera de maior previsibilidade para os agentes econômicos operantes no Brasil, confirmado pela ascensão do índice de confiança do empresário industrial (ICEI), medido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que atingiu 59,0 pontos (varia entre zero e cem pontos), em março de 2018, contra 54,0 pontos, no mesmo mês de 2017, e 54,2 pontos da média histórica.

Persistem duas pedras no caminho da estabilização macroeconômica e restauração das bases do crescimento: dimensão dos juros reais e fraqueza da demanda interna.

No entanto, no âmbito conjuntural, persistem ao menos duas pedras no caminho da estabilização macroeconômica e restauração das bases do crescimento: dimensão dos juros reais e fraqueza na restauração dos parâmetros de impulsão da demanda interna.

Embora caindo de 5,9% a.a. para 3,6% a.a., entre outubro de 2016 e março de 2018, os juros reais brasileiros ainda ocupam a 3ª posição no certame mundial, perdendo apenas para Turquia e Argentina, e, o que é pior, voam em altitude bastante superior aos níveis internacionais. A esse respeito, convém sublinhar que Europa, Estados Unidos (EUA) e Japão operam com taxas negativas.

A conjugação entre pronunciada concentração técnica do sistema financeiro brasileiro e enorme dívida pública explica tanto a discrepância entre juros domésticos e aqueles aplicados nas praças externas quanto a não transmissão plena dos sucessivos cortes da Selic aos tomadores finais das linhas de crédito para consumo das famílias e giro dos negócios, a despeito da constatação da menor peso da inadimplência (atrasos superiores a 90 dias) da história, sendo 3,4% para carteira total, 3,7% pessoas físicas e 3,1% jurídicas. O lucro total auferido pelas cinco maiores entidades financeiras do País (Itaú, Bradesco, Santander, Caixa Econômica e Banco do Brasil), atingiu R\$ 70,0 bilhões em 2017, suplantando em 22% o resultado registrado em 2016.

As modalidades de crédito pessoal, cheque especial, rotativo no cartão de crédito e capital de giro cobravam, em fevereiro de 2018, 46,9% a.a., 324,1% a.a., 333,9% a.a., e 18,7% a.a., respectivamente. Enquanto isso, o spread (diferença entre o preço do dinheiro na ponta e o custo de captação), relativo aos recursos livres, continua no pico: 34,1% a.a., no total, sendo 14,6% a.a., para empresas, e 49,2% a.a., para consumidores.

Já a natureza ainda débil das atividades domésticas é demonstrada pela marcha recente de algumas variáveis estratégicas. O volume dos serviços, medido pelo IBGE, e responsável por mais de 60% do produto interno bruto (PIB) nacional, caiu, em janeiro de 2018, -1,9%, -1,3% e -2,7%, em relação a dezembro de 2017, janeiro de 2016, e nos últimos doze meses, respectivamente.

Tal episódio, que evidencia indiscutível retardo à retomada da economia, pode ser imputado à retração da busca por prestação de serviços, por parte dos consumidores que, ao que tudo indica, estariam aproveitando o benefício da recomposição do poder aquisitivo, ocasionado pela queda da inflação, para a aquisição de bens.

Ao mesmo tempo, embora tenha subido de 76,2 pontos, em dezembro de 2016, para 81,7 pontos, em dezembro de 2017, e 88,0 pontos, em março de 2018, a intenção de consumo das famílias, avaliada em pesquisa mensal da Confederação Nacional do Comércio (CNC), prossegue abaixo dos cem pontos, que caracterizam a linha divisória entre confiança e medo.

Em sentido semelhante, a reação do mercado de trabalho com carteira assinada continua vagarosa. A nação registrou geração líquida de 102,5 mil postos em doze meses até fevereiro de 2018, conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, puxada por serviços, comércio e indústria de transformação.

Trata-se de desempenho diminuto, diante da necessidade de recomposição das 2.862,0 milhões de demissões líquidas, apuradas no biênio 2015-2016, reflexo das apreciáveis margens de capacidade ociosa do setor fabril e da perene degradação da construção civil, vitimada pela pauperização das finanças públicas, provocada, em grande medida, pela corrupção protagonizada por governos e empreiteiras, que comprometeu irremediavelmente as inversões em infraestrutura.

Decerto há também a influência do não deslanche das concessões de obras ao segmento privado e a condição de encolhimento do ramo imobiliário, expressa na multiplicação de estoques de unidades residenciais e comerciais, motivada pelo declínio da renda e as restrições creditícias.

O PIB E A NOVA DÉCADA PERDIDA NO BRASIL

Gilmar Mendes Lourenço

Cálculos preliminares acerca da evolução do produto interno bruto (PIB) brasileiro, relativos ao ano de 2017, divulgados pelo IBGE, corroboraram o diagnóstico corrente de que a economia do País caminha, a passos largos, para a contabilização de perda do quarto decênio consecutivo. Mais precisamente, a variação média anual da principal grandeza macroeconômica situou-se em 1,6%, 2,0%, 3,6%, nos anos 1980, 1990 e 2000, respectivamente, e apenas 0,5% no período compreendido entre 2011 e 2017, contra média mundial de 3,6%.

Na verdade, na década de 1980, a nação pagou a fatura do enorme endividamento externo - contraído nos tempos da industrialização substitutiva de importações -, cujos encargos triplicaram em fins de 1979, com o choque duplo de petróleo e de juros, resultando em uma crise fiscal sem precedentes, não equacionada e, o que é pior, empurrada para frente, pelos governos Figueiredo e Sarney, com a multiplicação da ciranda financeira e da espiral de preços, que se transformou em hiperinflação, no segundo semestre de 1989.

Com isso, enquanto o mundo consolidava a terceira revolução industrial, marcada pela substituição do paradigma metalmeccânico e petroquímico pelo das tecnologias de ponta (microeletrônica, mecânica de precisão, novos materiais, química fina, energias renováveis e biotecnologia), o Brasil retrocedia da segunda revolução, completada entre 1975 e 1979, com os investimentos acoplados ao Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) do governo Geisel.

De seu turno, a despeito da pífia expansão dos níveis de atividade, os anos 1990 foram palco da organização do concerto daquelas fraturas expostas do decênio precedente. Apesar da tempestade gerada pelo substancial confisco de ativos financeiros, promovido por Fernando Collor, em março de 1990, sob a justificativa de derrubada, sem êxito, da superinflação, a nação edificou autêntica mutação do marco institucional, expressa em avanços relevantes executados nas gestões dos presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

Dentre eles destacaram-se a liberalização comercial, a desregulamentação dos mercados, a regulamentação das concessões dos serviços públicos, a flexibilização de alguns monopólios, as privatizações, o sepultamento da hiperinflação, com a implementação do plano real, a política de valorização do salário mínimo, a viabilização da retaguarda oficial de transferência de renda, criada com a Constituição de 1988, e a lei de responsabilidade fiscal.

O amadurecimento de tais aprimoramentos, ao lado da preservação da ortodoxia dos fundamentos da estabilidade macroeconômica, por parte da administração petista, a partir de 2003, e da explosão das cotações das commodities nos mercados globais, em consequência da eclosão do maior ciclo de crescimento da economia mundial desde o final da segunda guerra, liderado pelos espaços emergentes, especialmente a China, propiciou subida do patamar de incremento médio da produção e negócios no Brasil, no decênio de 2000.

O grande inconveniente, pela ótica puramente econômica, foi a utilização do bônus internacional para a cobertura de crescentes gastos de consumo doméstico.

O grande inconveniente, pela ótica puramente econômica, foi a utilização do bônus internacional, resumido no regresso da onda de superávits nas transações correntes do balanço de pagamentos e na obtenção da comenda de grau de investimento, concedido pelas agências globais de classificação de risco, para a cobertura de crescentes gastos de consumo doméstico, público e privado, em detrimento do desencadeamento de arrojados programas de investimentos na desobstrução dos apreciáveis gargalos de infraestrutura, essencial para tornar perene a etapa virtuosa.

A instabilidade financeira internacional, precipitada com o estouro da bolha imobiliária dos Estados Unidos, particularmente o mercado hipotecário de segunda linha (*subprime*), e que mergulhou o sistema planetário em acentuada recessão, foi negligenciada domesticamente e enfrentada por meio da combinação entre ampliação dos dispêndios governamentais, impulsão da disponibilização de crédito oficial subsidiado ao segmento privado (famílias e empresas) e concessão de incentivos tributários para aquisição de bens de consumo duráveis e materiais de construção, beneficiando parte dos oligopólios dominantes na indústria e liderados por “amigos do rei”.

Pelo ângulo político, houve a legitimação de uma espécie de populismo redistributivista, ancorada na junção da maioria dos instrumentos de proteção social no programa bolsa família, na aplicação de critérios de reajustes reais do salário mínimo superiores aos ganhos de produtividade das companhias e o lançamento do crédito em consignação, que é mais barato do que as demais modalidades e desprovido de riscos, por ser descontado na folha de pagamento do tomador.

Isso exigiu criteriosa montagem de esquemas de corrupção que incluíam cooptação da maioria do Congresso Nacional e partidarização e, por extensão, enfraquecimento da gestão, do aparelho de estado, condições essenciais para o desvio de significativo montante de recursos da peça orçamentária e das companhias públicas.

A conta foi apresentada já em 2008, carimbada com o retorno de progressivos déficits externos, motivado pela perda de embalo das exportações, por conta da conjugação entre desaceleração da demanda e queda dos preços dos produtos básicos e semielaborados, predominantes na pauta de vendas externas brasileira, nas praças internacionais.

Na sequência, a gerência de Dilma Rousseff, de 2011 em diante, radicalizou o volume de intervenções na operação dos mercados, centradas em expedientes de controle de preços dos produtos e serviços administrados, especificamente energia elétrica e combustíveis, e juros e câmbio, implicando concatenação perversa entre disparada dos desequilíbrios externos e das finanças públicas.

Estes últimos, por sinal, foram encobertos contabilmente pelo uso das entidades financeiras públicas para a cobertura de haveres destinados a bancar as iniciativas sociais e pela edição de decretos de alargamento das cifras orçamentárias, desprovidos de autorização legislativa, eventos que serviram como justificativa técnica para a instauração do processo de impeachment da mandatária.

Por tudo isso, a matriz produtiva nacional foi empurrada para o fundo do poço depressivo em abril de 2014 e dele escapou somente em abril de 2017, o que conformou a mais prolongada e profunda contração econômica da história, com decréscimo acumulado do PIB de -8,5%.

A recuperação de 2017, traduzida em aumento de 1,0% do PIB, esteve intimamente associada à extraordinária performance exportadora, fruto da continuidade da discreta, porém generalizada, reação da economia internacional, com elevação dos preços das commodities, a partir do último trimestre do ano, e os reflexos benignos da queda da inflação e dos juros no front interno.

O rito de passagem do estágio de moderada reativação para a desejada fase de retomada sustentada do crescimento requer negociações maduras visando à montagem de uma agenda que englobe a racionalização e melhoria da eficiência das despesas públicas e a multiplicação da produtividade microeconômica (empresas e trabalhadores), amparada no aperfeiçoamento da qualidade da mão de obra, via educação e capacitação.

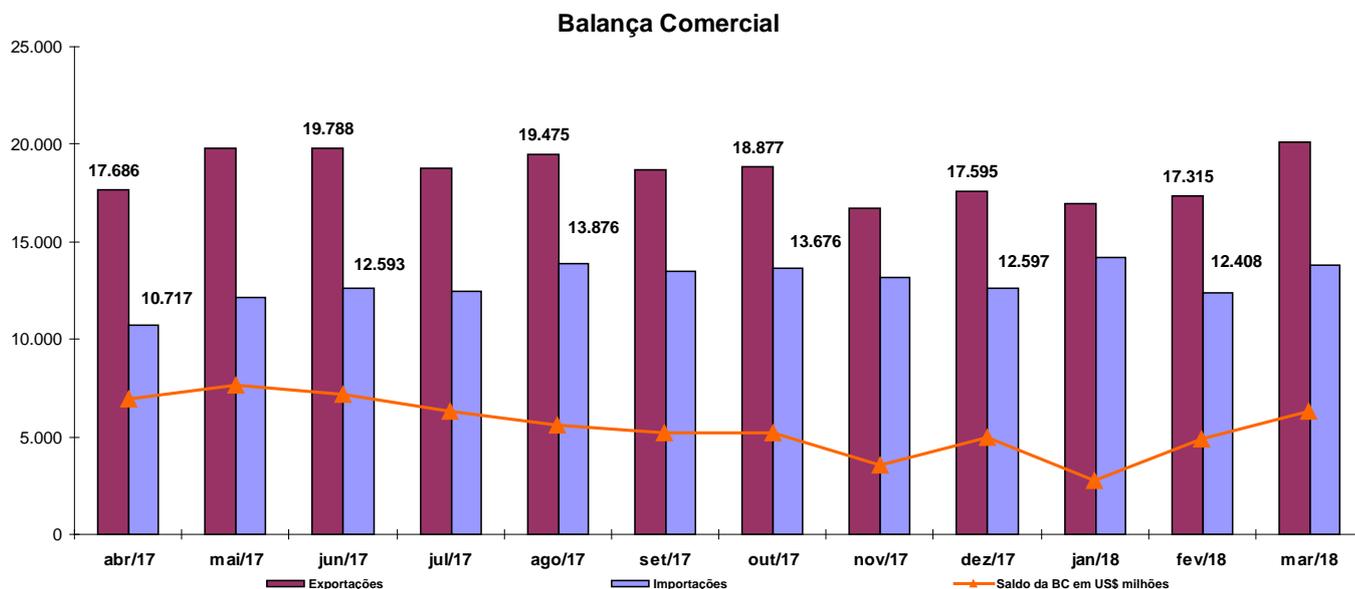
Para tanto, será crucial a restauração de expedientes de abertura da economia, capazes de ensejar maior exposição de empresas, e mesmo ramos inteiros, atuantes no País, à concorrência externa e, por consequência, elevação das escalas produtivas, tecnológicas e financeiras.

Igualmente prioritária será uma encorpada modificação do aparato tributário, focada no abrandamento da regressividade, desoneração do investimento e consumo, simplificação do imbróglie burocrático implícito nos procedimentos de arrecadação e eliminação dos regimes especiais.

Por fim, urge redefinir atribuições e limites da ação estatal, com ênfase para o encaixe fino dos programas sociais na realidade orçamentária, a adequação dos regimes previdenciários à dinâmica demográfica, caracterizada pelo rápido envelhecimento populacional, o desmanche de privilégios do “andar de cima” dos organismos públicos, recheados de gratificações de desempenho típicas do “corporativismo nota dez”, e a redobrada atenção ao provimento de serviços de saúde, educação, segurança e infraestrutura.

Comércio Internacional.**Balança Comercial Mensal (Março/2018) – MDIC****Fato**

Em março de 2018, a *Balança Comercial* fechou com *superávit* de US\$ 6,28 bilhões, resultado de *exportações* de US\$ 20,09 bilhões e *importações* de US\$ 13,81 bilhões. A *corrente do comércio* atingiu US\$ 33,90 bilhões no mês e US\$ 94,79 bilhões no ano. O *superávit comercial* acumulado no ano é de US\$ 13,95 bilhões.



Fonte: MDIC

Causa

Utilizando o critério da média diária, com relação ao mês anterior, as *exportações* apresentaram crescimento queda de 0,6%, e as *importações* de 4,6%. Pelo mesmo critério, na comparação com março de 2017, houve avanço de 9,6% nas *exportações* e de 16,9% nas *importações*.

A *corrente do comércio*, pela média diária, registrou crescimento de 12,5% com relação ao mesmo mês do ano anterior e recuo de 2,2% na comparação com fevereiro 2018.

Em doze meses, às *exportações* cresceram 16,4%, as *importações* 12,4%, e a *corrente do comércio* 14,7%. Considerando o acumulado no ano, sobre o mesmo período do ano anterior, as *exportações* cresceram 11,3%, as *importações* 15,8% e a *corrente do comércio* 13,2%.

Em março de 2018, na comparação com igual mês do ano anterior, as *exportações* de produtos *semimanufaturados* cresceram 16,8%, a de *básicos* 8,4% e a de *manufaturados* 8,3%. Em termos de países, os cinco principais compradores foram: China, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Chile. Pelo lado das *importações*, houve crescimento de 46,5% em *combustíveis e lubrificantes*, 20,5% em *bens de capital*, 16,4% em *bens de consumo* e 10,5% nas compras de *bens de bens intermediários*. Os cinco principais fornecedores para o Brasil foram: China, Estados Unidos, Argentina, Alemanha e Coreia do Sul.

Consequências

O *setor exportador* segue apontando resultados acima do ano anterior, porém uma nova onda de protecionismo mundial pode acabar prejudicando este desempenho.

Atividade**Produção Industrial Mensal (Janeiro/2018) – IBGE****Fato**

Em janeiro, a *produção industrial* mostrou recuo de 2,4% com relação ao mês anterior. Frente a janeiro de 2017, houve avanço de 5,7%. No acumulado dos últimos doze meses o crescimento foi de 2,8%.

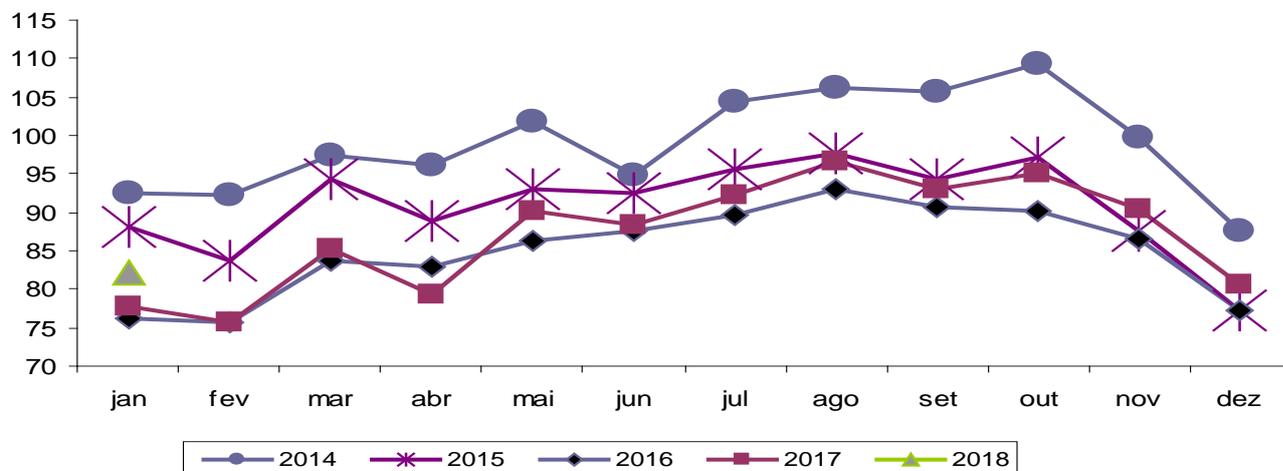
Causa

Na comparação com o mês anterior, os *bens de consumo duráveis* tiveram a maior queda, 7,1%, eliminando parte do ganho de 9,8% acumulado nos dois últimos meses de 2017. O segmento de *bens intermediários* e *bens de capital* também

tiveram queda, 2,4% e 0,3%, respectivamente. Os *bens de consumo semi e não-duráveis* aumentaram 0,5%, segundo avanço consecutivo, acumulando crescimento de 4,2%.

Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, todas as categorias de uso apresentaram avanço. Os *bens de consumo duráveis* tiveram crescimento de 20,0% e os *bens de capital* 18,3%. Os *bens intermediários* e os *bens de consumo semi e não-duráveis* cresceram abaixo da média nacional, por ordem, 4,2% e 3,0%.

Produção Industrial BRASIL



Fonte: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

Consequência

Apesar da queda frente ao mês anterior, o desempenho do *setor industrial* segue em lenta recuperação, o que é percebido na comparação com o mesmo mês do ano anterior e no acumulado em doze meses.

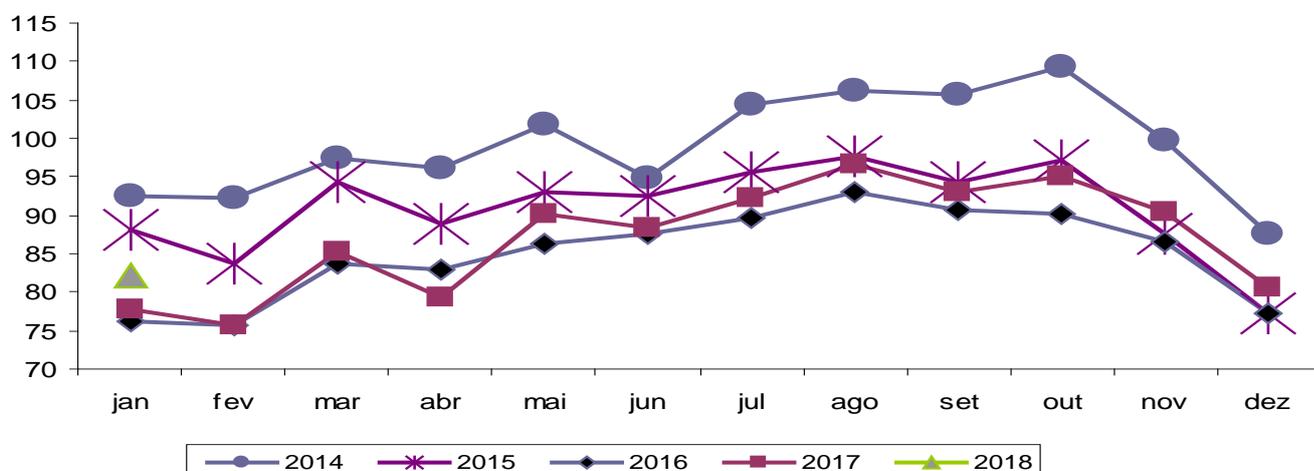
Atividade

Pesquisa Industrial - Regional – Brasil (Janeiro/2018) - IBGE

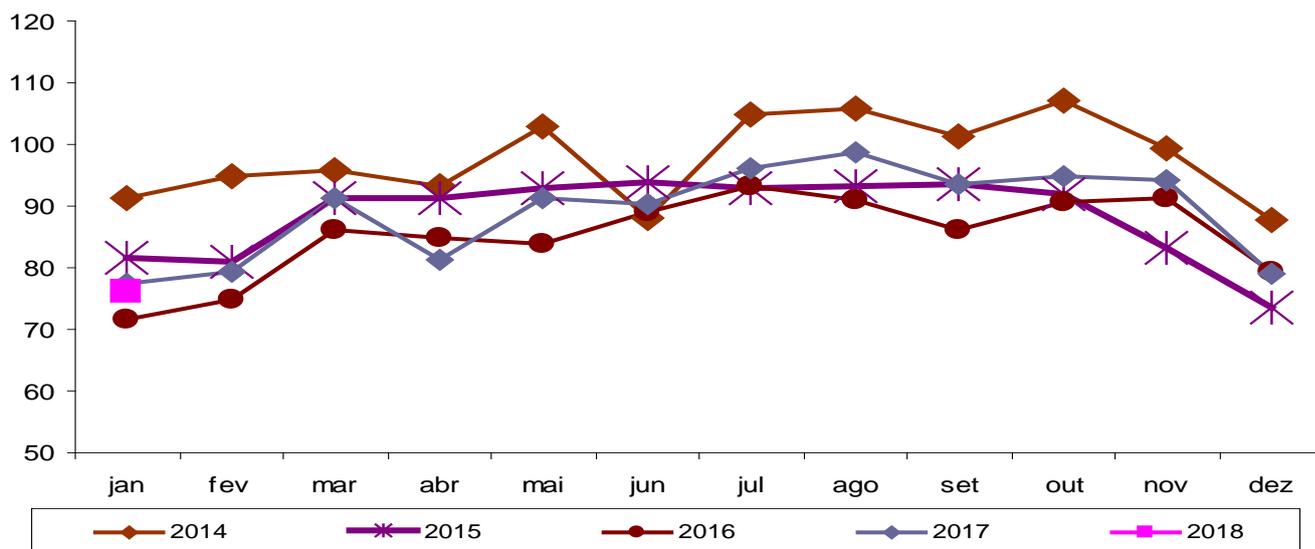
Fato

Entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018, a *produção industrial* caiu em oito dos quatorze locais pesquisados e na comparação com janeiro de 2017, onze das quinze regiões pesquisadas registraram variação positiva. No acumulado dos últimos doze meses, também onze locais apresentaram expansão na produção. No **Paraná**, frente ao mês anterior, a *produção industrial* apresentou retração de 4,5%. Na comparação com janeiro de 2016 houve recuo de 1,8%, segunda taxa negativa consecutiva neste tipo de confronto e no acumulado em doze meses ocorreu avanço de 3,7%.

Produção Industrial BRASIL



Produção Industrial PARANÁ



Fonte: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

Causa

Na comparação com o mês anterior os locais que tiveram os maiores recuos foram: **Paraná**, Rio Grande do Sul e São Paulo. Os avanços ocorreram no Pará, Amazonas, Goiás, Pernambuco, Minas Gerais e Bahia. Na comparação com janeiro de 2017, os maiores avanços foram: Amazonas, Pará e Santa Catarina. A maior queda ocorreu no Espírito Santo.

No **Estado do Paraná**, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, das treze atividades pesquisadas, seis registraram recuo. Os maiores impactos negativos vieram de *coque, produtos derivados do petróleo e bicompostíveis, produtos alimentícios e veículos automotores, reboques e carrocerias*. As principais variações positivas foram em *produtos de madeira e de celulose, papel e produtos de papel*.

Consequência

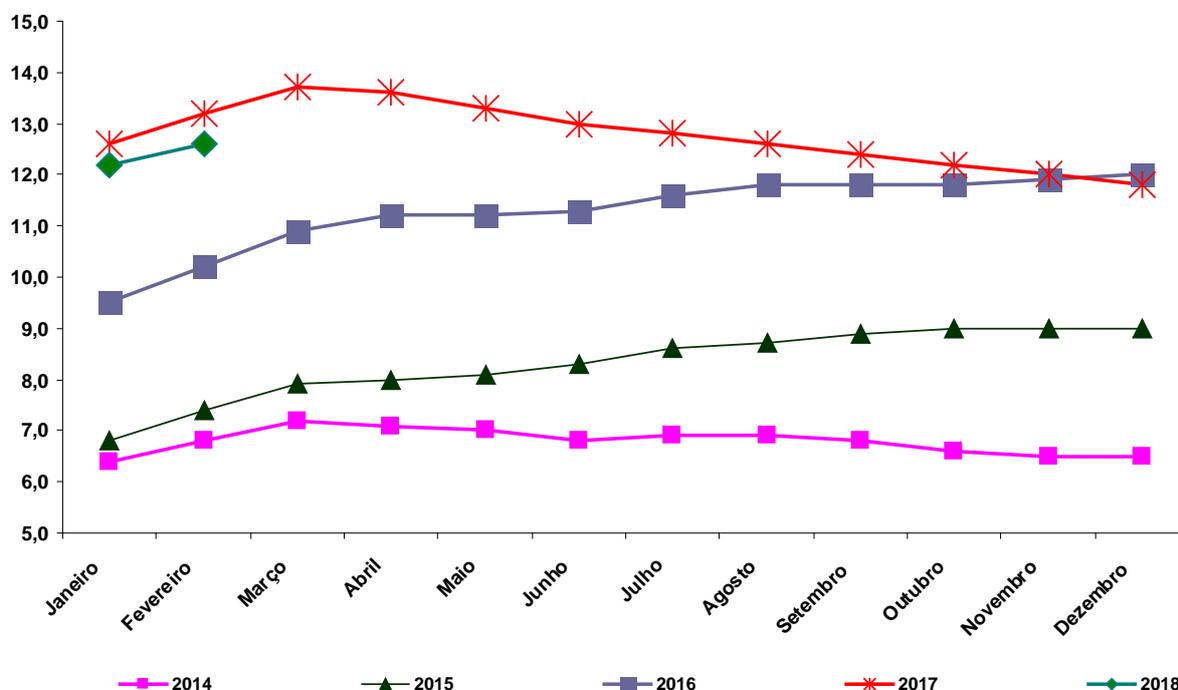
A exemplo do que ocorreu no cenário nacional, em janeiro a *indústria paranaense* registrou queda, porém de forma mais intensa. No acumulado em doze meses apresenta crescimento, sinalizando a continuidade no lento processo de recuperação.

Atividade

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Trimestre encerrado em Fevereiro/2018) – IBGE

Fato

A *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio* apontou, para o trimestre dezembro de 2017 a fevereiro de 2018, *taxa de desocupação* de 12,6%, com crescimento de 0,6 p.p. frente ao trimestre encerrado em novembro e recuo de 0,6 p.p. na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. O *rendimento médio real habitualmente recebido* ficou em R\$ 2.186, mantendo estabilidade frente ao trimestre encerrado em novembro e também na comparação com o trimestre encerrado em fevereiro de 2017.



Fonte: IBGE

Causa

No trimestre encerrado em fevereiro, havia cerca de 13,1 milhões de *peçoas desocupadas*, 550 mil pessoas a mais em relação ao trimestre encerrado em novembro, portanto houve um acréscimo de 4,4%. Na comparação com o mesmo trimestre de 2017, a queda foi de 3,1%, significando uma diminuição de 426 mil *peçoas desocupadas na força de trabalho*. A massa de rendimento médio real habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas ocupadas foi estimada em R\$ 194,1 bilhões, registrando estabilidade frente ao trimestre encerrado em novembro, e aumento de 4,1%, na comparação com o mesmo trimestre de 2017.

Consequência

Apesar de alguma recuperação na *atividade econômica* a taxa de desemprego ainda segue em patamar elevado, existindo alguma sinalização de melhora, para os próximos períodos, porém sem grande intensidade.

Atividade

Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (Fevereiro/2018) – IBGE

Fato

O *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola* apontou para uma produção de 227,2 milhões de toneladas em 2018, 5,6% inferior à produção obtida no ano de 2017

Causa

As produções de *arroz milho* e *soja*, que correspondem a 86,8% da área plantada e 92,9% do total da produção, tiveram as seguintes quedas: 1,6% para a *soja*, 13,5% para o *milho* e 5,7% para o *arroz*. O *levantamento sistemático da produção agrícola*, na comparação da estimativa de 2018 em relação à produção obtida em 2017 registrou variação positiva para quinze dos trinta produtos pesquisados: *algodão herbáceo em caroço*, *amendoim em casca 2ª safra*, *aveia em grão*, *cacau em amêndoa*, *café em grão – arábica*, *café em grão – canephora*, *castanha-de-caju*, *cevada em grão*, *feijão em grão 2ª safra*, *mamona em baga*, *mandioca*, *sorgo em grão*, *tomate*, *trigo em grão* e *triticale em grão*.

Em sentido contrário, deverão apresentar redução na quantidade produzida: *amendoim em casca 1ª safra*, *arroz em casca*, *banana*, *batata-inglesa 1ª, 2ª e 3ª safras*, *cana-de-açúcar*, *cebola*, *feijão em grão 1ª e 3ª safras*, *fumo*, *laranja*, *milho em grão 1ª e 2ª safras*, *soja em grão*, e *uva*.

A *distribuição regional da safra* ficou da seguinte forma em milhões de toneladas: Centro-Oeste, 98,6, Região Sul, 79,7, Sudeste, 22,0, Nordeste, 18,5 e Norte, 8,3.

Consequência

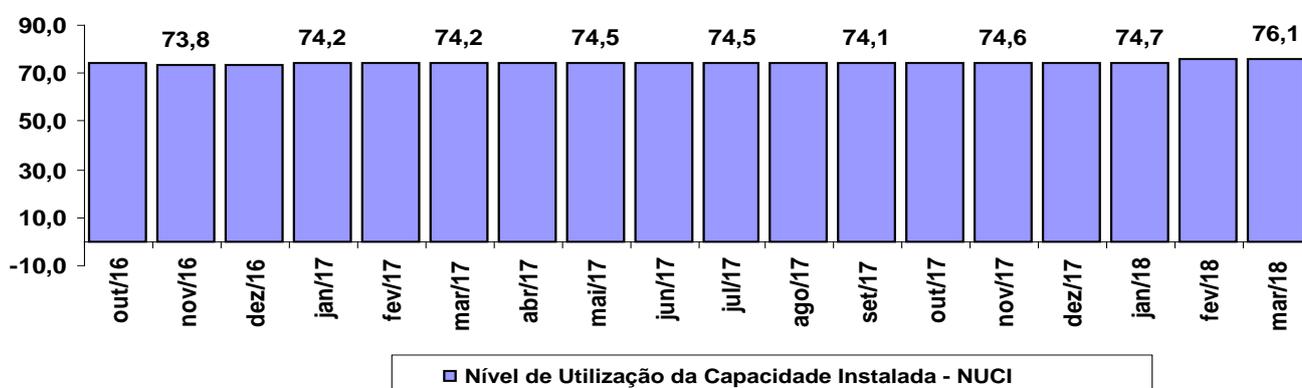
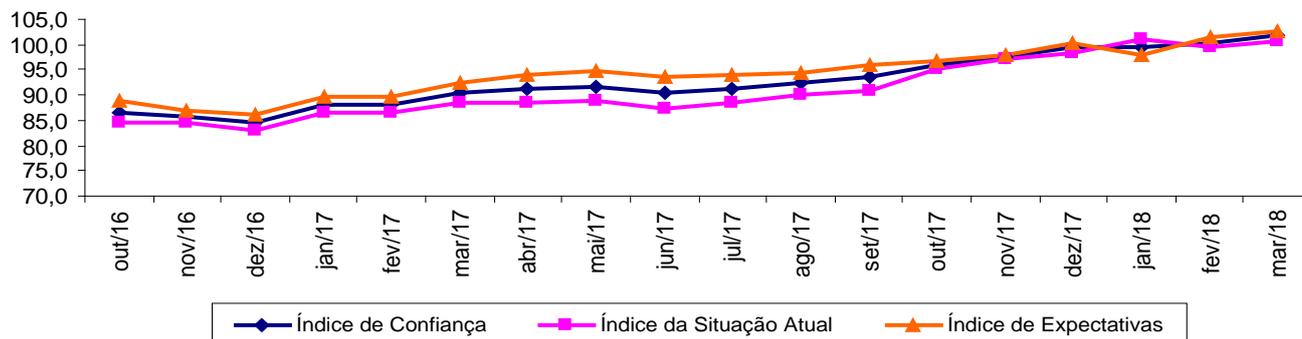
O prognóstico apresenta em 2018 uma produção inferior a de 2017, todavia, o resultado final pode se modificar ao longo do ano afetado por questões climáticas e pluviométricas.

Atividade

Sondagem da Indústria (Março/2018) – FGV

Fato

Na passagem de fevereiro para março, o *Índice de Confiança da Indústria* avançou 1,3 ponto, passando de 100,4 para 101,7 pontos, o maior nível desde agosto de 2013. Com relação ao mês anterior o *Índice da Situação Atual* teve aumento de 1,2 ponto chegando a 100,6 pontos. O *Índice de Expectativas* apresentou elevação de 1,4 ponto, passando de 101,4 para 102,8 pontos, o maior de desde junho de 2013. A *utilização da capacidade instalada* cresceu 0,5 p.p., chegando a 76,1%, o maior desde maio de 2015.



Fonte: FGV

Causa

No índice pertinente a *situação atual – ISA*, a percepção com relação ao nível de demanda, exerceu a maior contribuição para a evolução positiva do índice, com avanço de 1,5 p.p. na *proporção de empresas* que consideram a *demanda como forte*, chegando a 12,8%, e queda de 3,1 p.p. na *parcela* que o consideram como *fraco*, atingindo 19,8%.

No que tange ao *Índice das Expectativas - IE*, a maior contribuição para a melhora veio das expectativas com relação à *evolução do pessoal ocupado nos três meses seguintes*, que subiu 4,1 pontos, chegando à 103,5 pontos. Ocorrendo crescimento de 2,0 p.p. no *percentual de empresas que prevêem aumentar o quadro de pessoal*, chegando à 22,6% e queda de 2,5 p.p. nas que pretendem *reduzir o quadro*, atingindo 9,5%.

Consequências

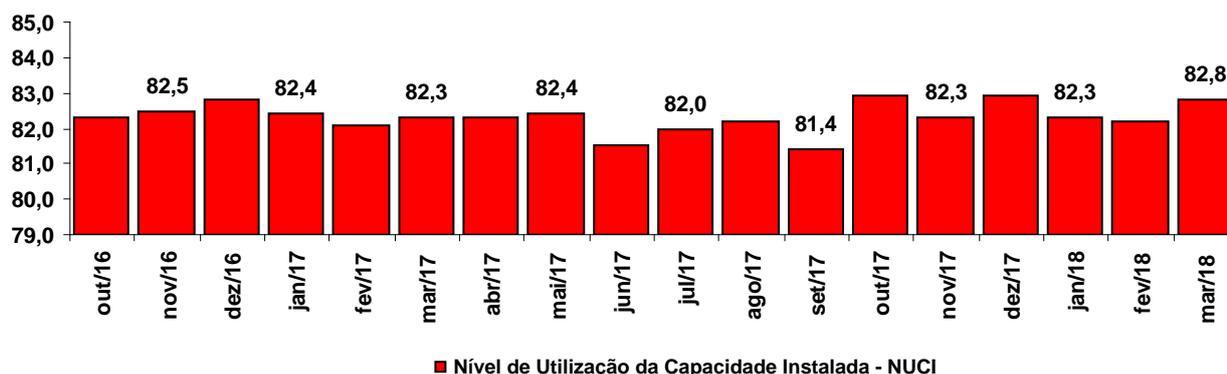
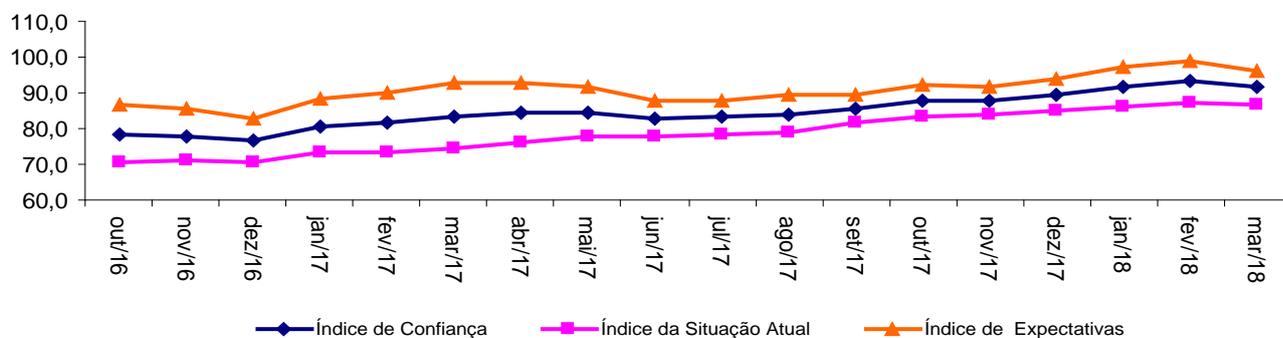
Apesar da alta no mês, o que de certa forma demonstra uma tendência de recuperação, ainda existe o risco de sobressaltos e riscos que podem contaminar o setor.

Atividade

Sondagem de Serviços (Março/2018) – FGV

Fato

O *Índice de Confiança de Serviços - ICS* recuou 1,7 ponto entre fevereiro e março, passando de 93,1 para 91,4 pontos, após acumular 10,4 pontos de alta nos oito meses anteriores. O *Índice da Situação Atual – ISA* diminuiu 0,6 ponto, passando de 87,4 para 86,8 pontos. O *Índice de Expectativas - IE* caiu 2,8 pontos, atingindo 96,1 pontos. O *Nível de Utilização da Capacidade Instalada – NUCI* houve avanço de 0,6 ponto, atingindo 82,8 pontos.



Fonte: FGV

Causa

No *ISA*, destacou-se a avaliação mais favorável sobre o *volume de demanda atual*, que recuou 2,7 pontos para 84,5 pontos. Nas *expectativas*, houve retração de 4,4 pontos no indicador que mede a evolução da *demandada prevista*.

Consequência

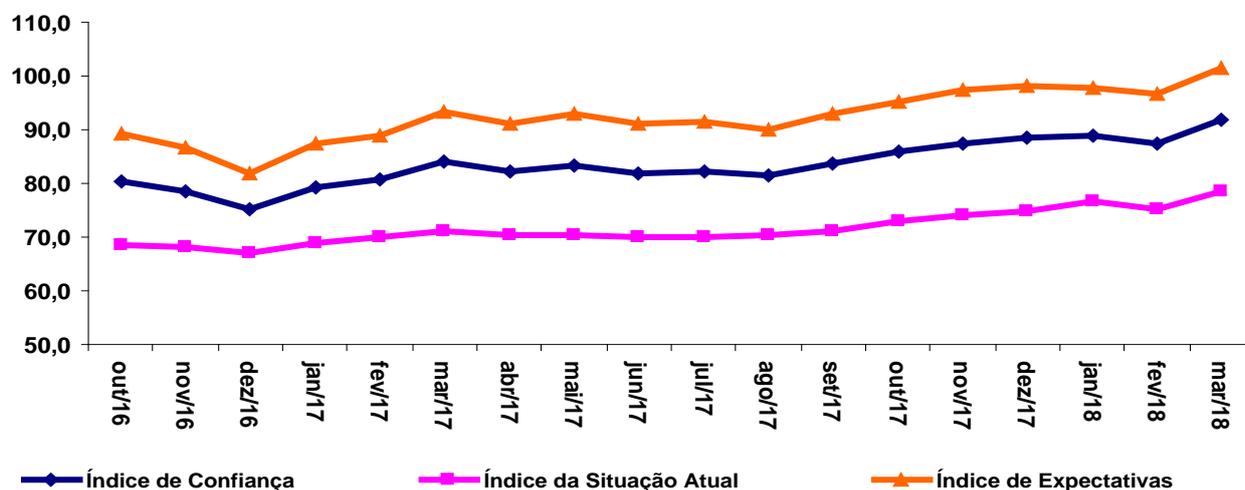
No mês o movimento aponta para acomodação, ao longo dos meses o setor segue apontando *tendência de melhora*, principalmente ancorada nas *expectativas* frente ao futuro.

Atividade

Sondagem do Consumidor (Março/2018) – FGV

Fato

Entre os meses de fevereiro e março, o *ICC* avançou 4,6 pontos, passando de 87,4 para 92,0 pontos. O índice da *Situação Atual* subiu 3,4 pontos, de 75,2 para 78,6 pontos, e o *Índice das Expectativas* cresceu 5,0 pontos de 96,5 para 101,5 pontos.



Fonte: FGV

Causa

No mês destaca-se a melhora no indicador que mede o grau de satisfação com a *situação econômica geral*, com avanço no indicador da *economia no momento* e com relação a *perspectivas para a situação econômica nos seis meses seguintes*. Nas *finanças familiares*, o indicador que mede a *satisfação dos consumidores com a situação financeira no momento* avançou 5,0 pontos, para 73,2 pontos, enquanto o indicador que mede o otimismo em relação às *finanças pessoais nos próximos meses* permaneceu no nível do mês anterior.

Consequência

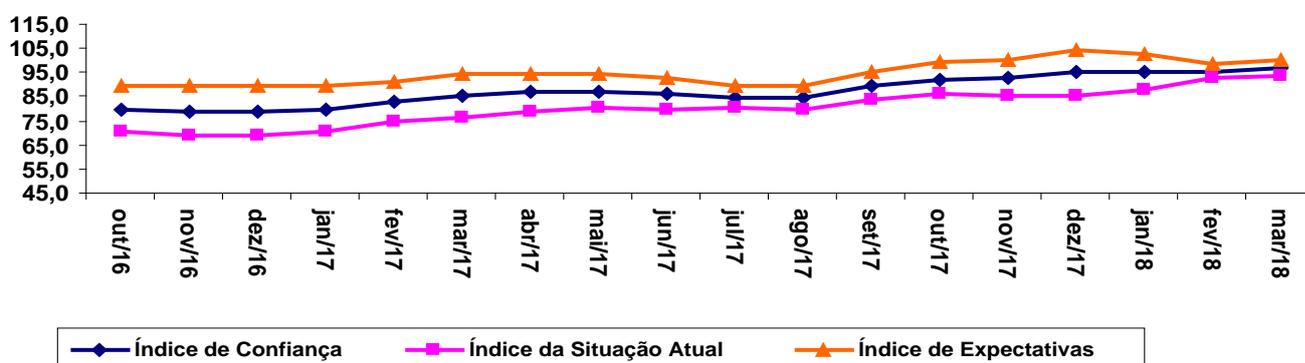
A *confiança do consumidor* volta a apresentar avanço, decorrente de notícias favoráveis à retomada da economia como a *desaceleração da inflação e a queda da taxa de juros*.

Atividade

Sondagem do Comércio (Março/2018) – FGV

Fato

Entre os meses de fevereiro e março, o **ICOM** avançou 1,3 ponto, passando de 95,5 para 96,8 pontos, o maior nível desde abril de 2014. O índice da *Situação Atual* subiu 0,7 ponto, de 92,8 para 93,5 pontos, e o *Índice das Expectativas* cresceu 1,8 ponto de 98,4 para 100,2 pontos.



Fonte: FGV

Causa

A alta do **ICOM** ocorreu em 7 dos 13 segmentos pesquisados e foi determinada, principalmente, pela melhora no *Índice de Expectativas*, que retornou a zona de otimismo após dois meses em queda. O *Índice de Situação Atual* alcançou o melhor resultado desde junho de 2014.

Consequência

O avanço do índice confirma a recuperação do setor, saindo de um nível extremamente baixo, para um mais moderado, as melhorias de expectativas do consumidor podem contribuir para a manutenção da tendência.

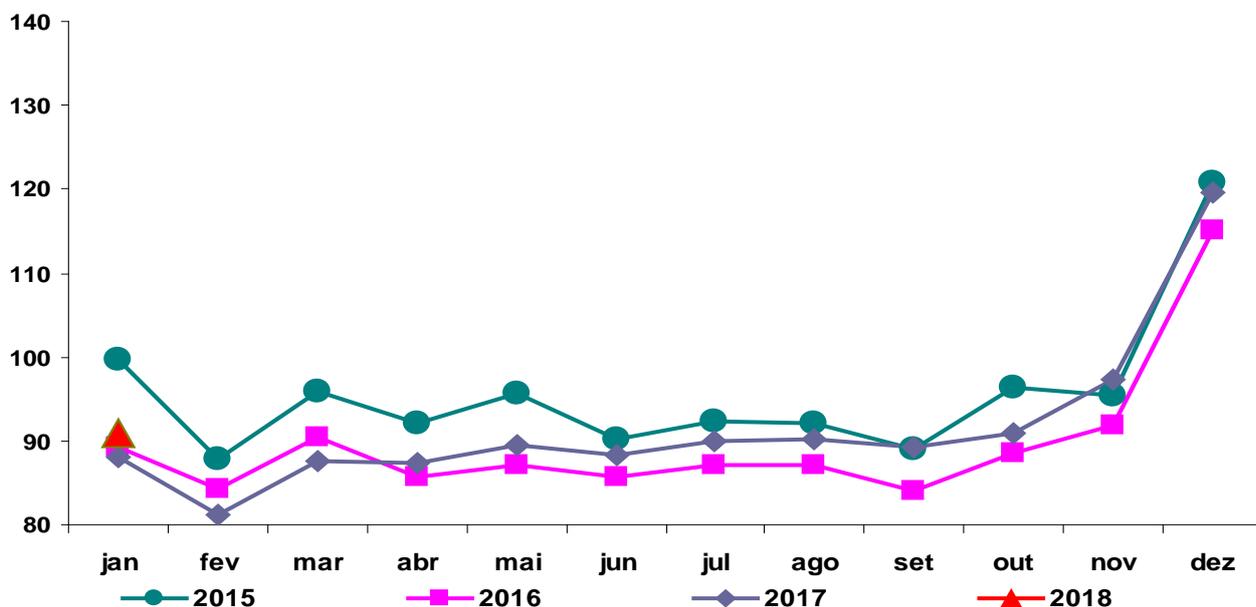
Atividade

Pesquisa Mensal do Comércio (Janeiro/2018) – IBGE

Fato

No mês de janeiro, o *volume de vendas do comércio varejista, com ajuste sazonal*, cresceu 0,9% em relação a dezembro e a *receita nominal* 0,6%. Nas demais comparações, sem ajustamento, as taxas para o *volume de vendas* foram de 3,2% sobre janeiro de 2017, e 2,5% no acumulado dos últimos doze meses. A *receita nominal* obteve taxas de 3,3% com relação à igual mês de 2017 e 2,3% no acumulado em doze meses.

No *comércio varejista ampliado*, no que se refere ao *volume de vendas*, houve recuo de 0,1% frente ao mês imediatamente anterior, crescimento de 6,5% frente a janeiro de 2017 e de 4,6% no acumulado em doze meses. No que tange a *receita nominal*, houve aumento de 0,2% frente ao mês imediatamente anterior, de 6,6% frente a janeiro de 2017 e de 3,9% no acumulado em doze meses.



Fonte: IBGE

Índices de volume e de receita nominal de vendas no comércio varejista, por tipos de índice (2014 = 100)

Causa

No confronto com janeiro de 2017, seis das oito atividades apresentaram crescimento. Por ordem de contribuição à taxa global os resultados, foram os seguintes: *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, 3,1%, *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, 10,5%, *Móveis e eletrodomésticos*, 5,3%, *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria, e cosméticos*, 5,4%, *Tecidos, vestuário e calçados*, 0,2%, e *Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação*, 4,2%. Por outro lado registraram queda *Combustíveis e lubrificantes*, 4,0% e *Livros, jornais, revistas e papelaria*, 7,3%.

No comércio varejista ampliado, ainda na comparação com o mesmo mês do ano anterior, as variações foram de 18,2% para *Veículos e motos, partes e peças*, e de 7,3% para *Material de construção*.

Consequência

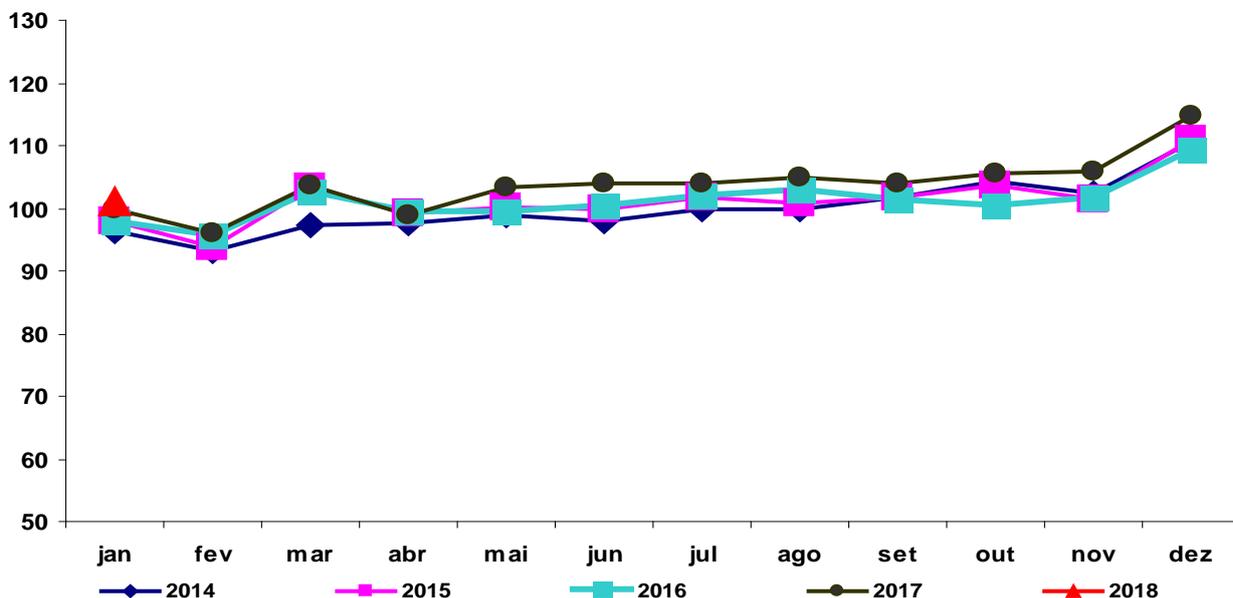
Os resultados do comércio varejista seguem apresentando indicadores positivos em quase todas as comparações. Para os próximos períodos a atividade deve prosseguir em recuperação.

Atividade

Pesquisa Mensal de Serviços (Janeiro/2018) – IBGE

Fato

No mês de janeiro frente a dezembro, o volume do setor de serviços teve queda de 1,9%. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior o volume caiu 1,3% e no acumulado em doze meses retrocedeu 2,7%.



Fonte: IBGE

Índice de receita nominal de serviços (2014=100)

Causa

No confronto com janeiro de 2017, na série livre de influências sazonais, o segmento de *Serviços de Informação e Comunicação*, apresentou queda de 5,0%, *Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares*, recuo de 3,3% e *Serviços Prestados às Famílias* retrocesso de 2,9%, Por outro lado apresentaram crescimento *Transportes, Serviços Auxiliares, dos Transportes e Correio*, 4,0% e *Outros Serviços*, 2,5%.

Consequência

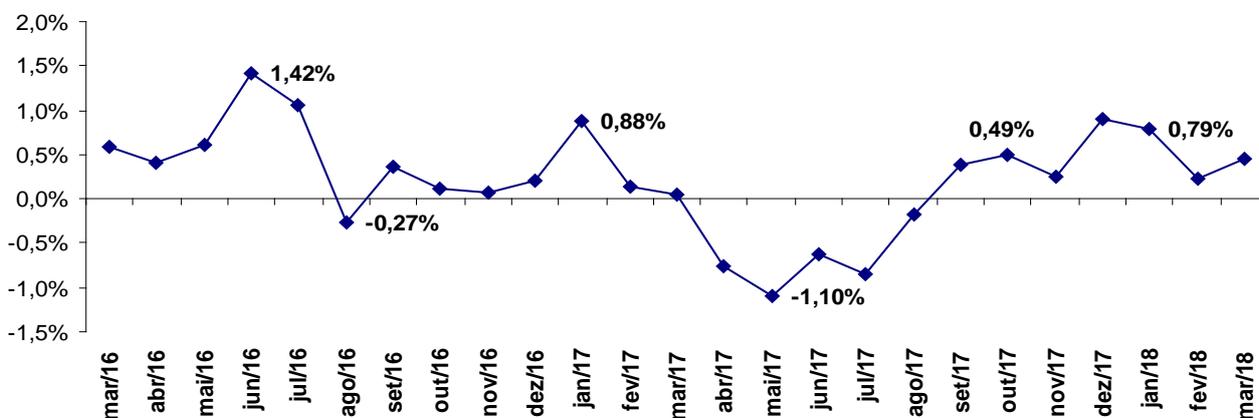
O segmento de *serviços* segue refletindo a *crise econômica*, a *queda da massa salarial* e a *inflação*, devendo ser retomada a recuperação nos próximos meses.

Inflação

IGP-10 (Março/2018) – FGV

Fato

O **IGP-10** registrou variação de 0,45% em março, aumentando 0,22 p.p. com relação a fevereiro. No acumulado em doze meses a variação é de negativos 0,02%.



Fonte: FGV

Causa

No mês de março, dentre os componentes do **IGP**, o **IPA**, avançou 0,54 p.p., apresentando variação de 0,63%, neste, a maior aceleração foi proveniente das *Matérias-Primas Brutas*, 1,89 p.p., com variação de 1,49 %, contribuiu para a menor variação os itens *soja, milho e leite in natura*. Os *Bens Finais variaram* 0,09%, crescendo 0,55 p.p. frente a fevereiro, Consequência de maior variação no subgrupo *alimentos in natura*. Os *Bens Intermediários* registraram recuo de 0,57 p.p., com variação de 0,49%, decorrente da menor variação nos *combustíveis e lubrificantes para a produção*.

O **IPC** teve desaceleração de 0,47 p.p., com o grupo *Alimentação* sendo o principal responsável pelo arrefecimento do índice, neste grupo destacou-se o comportamento do item *hortaliças e legumes*. Os grupos *Educação, Leitura e Recreação, Transportes, Saúde e Cuidados Pessoais, Vestuário e Comunicação*, também apresentaram redução de *índice de preços*. O **INCC** teve desaquecimento de 0,20 p.p., com menor variação em *Materiais, Equipamentos e Serviços* e estabilidade em *Mão de Obra*.

Consequência

Em março o índice voltou a apresentar avanço. Para os próximos meses a expectativa é de retomada na *tendência de desaquecimento*, fruto ainda da *recessão econômica*.

Inflação

IGP-M (Março/2018) – FGV

Fato

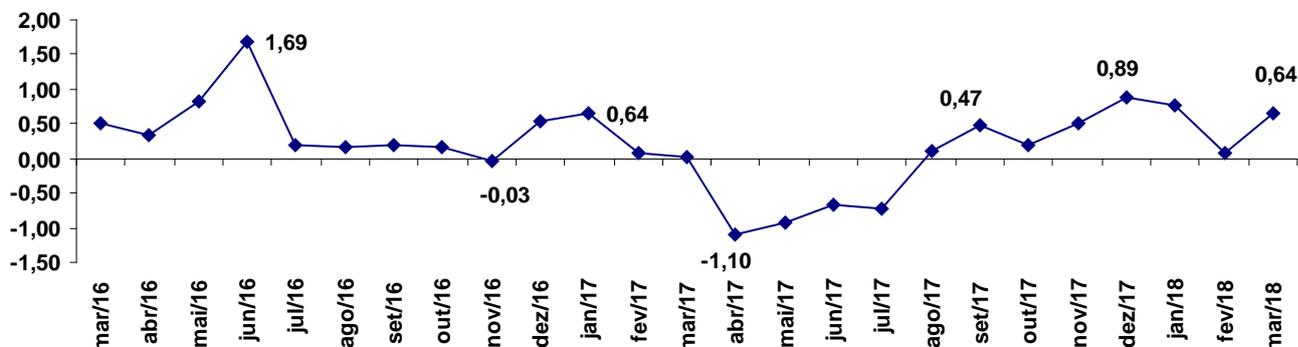
O **IGP-M** de março registrou variação de 0,64%, 0,57 p.p. acima da variação de fevereiro. Em doze meses o acumulado é de 0,20%.

Causa

Dos índices que compõe o **IGP-M**, o **IPA** apresentou desaceleração de 0,91 p.p., com variação de 0,89%. Neste componente destacou-se o grupo *Matérias-Primas Brutas*, com avanço de 1,77 p.p. frente ao mês anterior, e variação de 1,54%, sendo os principais responsáveis pela aceleração os itens *soja, milho e leite in natura*. Os *Bens Finais*, com variação de 0,57%, apresentaram aumento na taxa de variação em 1,28 p.p. em decorrência da maior variação dos preços dos

alimentos in natura. Os *Bens Intermediários* tiveram variação 0,18 p.p. maior, com variação de 0,69%, sendo o principal responsável pelo desaquecimento o subgrupo *combustíveis e lubrificantes*.

O **IPC** desacelerou-se 0,14 p.p., atingindo 0,14%. A principal contribuição para o decréscimo partiu do grupo *Transportes*. Nesta classe de despesa vale citar o comportamento do item *gasolina*. Também tiveram queda nas variações: *Educação, Leitura e Recreação, Alimentação, Saúde e Cuidados Pessoais, Comunicação e Despesas Diversas*. O **INCC** avançou 0,09 p.p. com relação ao mês anterior, apresentando variação de 0,23%. Houve maior variação em *Materiais, Equipamentos e Serviços*, 0,18 p.p., e mesma variação em *Mão de Obra*.



Fonte: FGV

Consequência

O aumento no mês ocorre após recuo em dois meses consecutivos, as expectativas para os próximos meses é de variações superiores às ocorridas no ano anterior.

Inflação

IGP-DI (Fevereiro/2018) – FGV

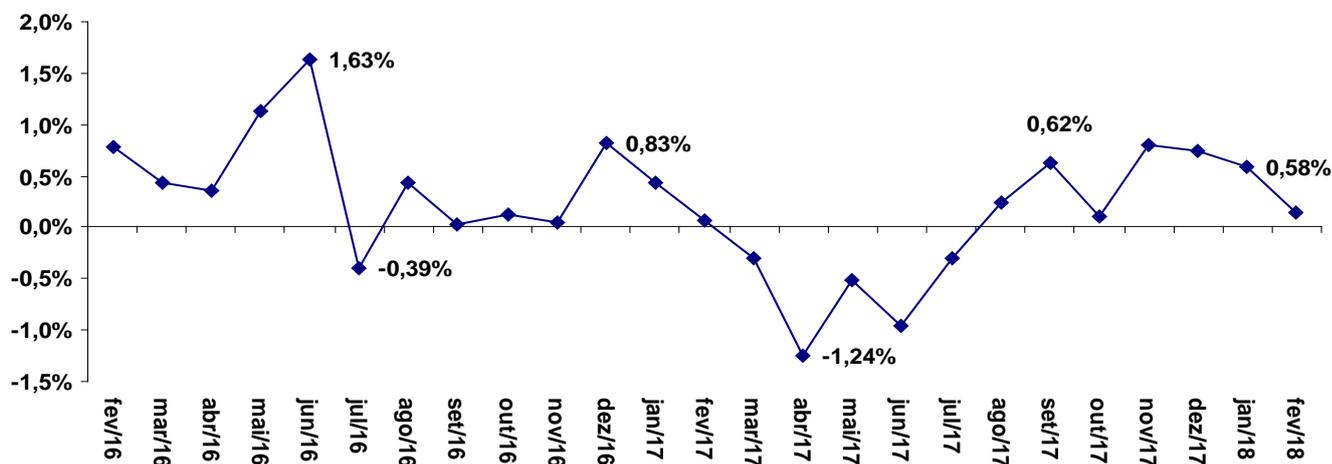
Fato

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (**IGP-DI**) registrou variação 0,15% em fevereiro, desacelerando 0,43 p.p. ante a *inflação* registrada em janeiro. Em doze meses a variação foi negativa de 0,19%.

Causa

No mês, o **IPA** teve desaceleração de 0,43 p.p. com variação negativa de 0,15%, motivado por desaquecimento nos *Bens Intermediários*, 1,09 p.p. com destaque para *combustíveis e lubrificantes para a produção* e nos *Bens Finais*, 0,58 p.p., com a queda mais expressiva em *combustíveis para consumo*. Nas *Matérias-Primas Brutas* houve aquecimento de 0,58 p.p., sendo os principais responsáveis por este movimento *soja, leite in natura e laranja*.

O **IPC** desacelerou 0,52 p.p., chegando a 0,69%, com as contribuições mais relevantes para a desaceleração provenientes do grupo *Alimentação*, com destaque para *hortaliças e legumes*. Também apresentaram recuo *Educação, Leitura e Recreação, Vestuário, Comunicação, Saúde e Cuidados Pessoais* e *Transportes*. O **INCC** teve variação diminuída em 0,18 p.p., com recuo em *Materiais, Equipamentos e Serviços* e estabilidade em *Mão de Obra*.



Fonte: FGV

Consequência

Nos últimos meses o índice vem apresentando acomodação. Para os próximos meses a expectativa é de continuidade na desaceleração.

Inflação

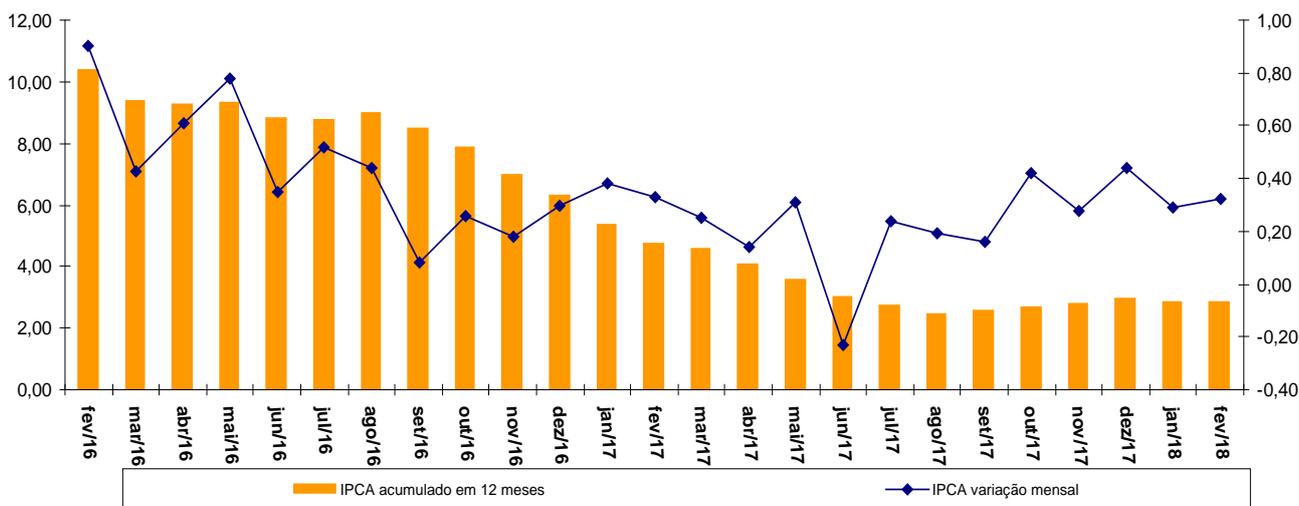
IPCA (Fevereiro/2018) – IBGE

Fato

O **IPCA** variou 0,32% em fevereiro, 0,03 p.p. acima da variação de janeiro, porém registrando a variação mais baixa para meses de fevereiro desde 2000. O índice acumulado em doze meses é de 2,84%, inferior ao registrado nos doze meses imediatamente anteriores, 2,86%. Em **Curitiba** o índice desacelerou 0,16 p.p., registrando variação de 0,10%.

Causa

A variação registrada no mês se deve principalmente ao grupo *Educação*, que atingiu 3,89%, teve impacto de 0,19 p.p. no **IPCA**, este movimento foi decorrente dos reajustes nos *cursos regulares*. *Alimentação e Bebidas* apresentou variação negativa de 0,33% e teve papel importante para conter a variação do índice. Os principais *alimentos* em queda foram *carnes e frutas*.



Fonte: IBGE

Consequência

Apesar do breve avanço no mês, o **IPCA** deve permanecer comportado, decorrente principalmente da queda da *demanda interna* e do preço dos *alimentos*.

Inflação

IPCA - 15 (Março/2018) – IBGE

Fato

O **IPCA - 15** registrou variação de 0,10% em março, 0,28 p.p. abaixo do registrado em fevereiro. Nos últimos doze meses o acumulado é de 2,80% e no ano, 0,87%. Em **Curitiba** a **variação foi de 0,01%**, 0,24 p.p., inferior a de fevereiro, acumulando 0,79% no ano e 2,94% em doze meses.

Causa

No mês o desaquecimento foi fortemente influenciado pelos grupos *Alimentação e Bebidas* e *Comunicação* que tiveram deflação. No primeiro destacam-se *carnes* e *tomate*. O segundo foi influenciado pelo item *telefone fixo*, decorrente da redução nas *tarifas das ligações locais e interurbanas*.

Consequência

A *inflação* segue apresentando desaceleração. Sendo esperado para os próximos meses continuidade no arrefecimento.

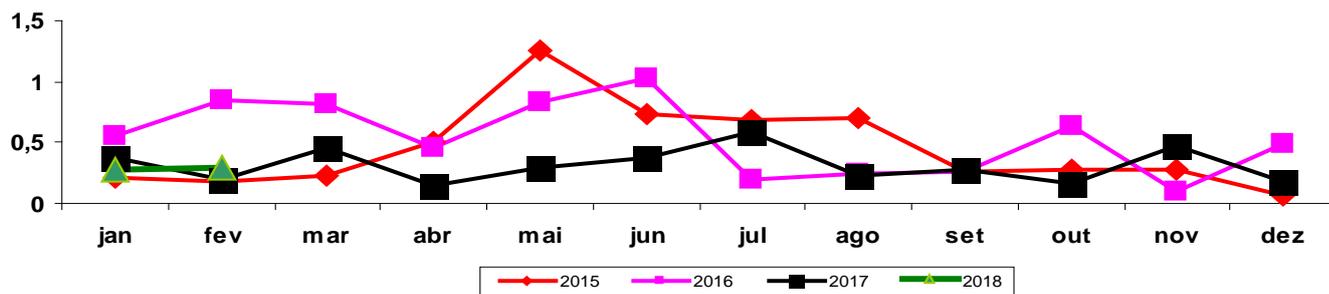
Inflação

Custos e Índices da Construção Civil (Fevereiro/2018) – IBGE - Caixa Econômica Federal

Fato

O *Índice Nacional da Construção Civil* variou 0,30% em fevereiro, 0,03 p.p. acima da variação de janeiro. O *custo nacional por metro quadrado* passou de R\$ 1.069,61, em janeiro, para R\$ 1.072,87 em fevereiro sendo R\$ 550,66 relativos aos

materiais e R\$ 522,21 à mão-de-obra. No Estado do Paraná, a variação mensal foi de 0,12% e em doze meses 2,21%, chegando o custo por metro quadrado a R\$ 1.082,62.



Fonte: IBGE e CAIXA

Causa

Na composição do índice a parcela dos *materiais* variou 0,54%, 0,04 p.p. acima do índice de janeiro e a componente *mão-de-obra* apresentou variação de 0,06%, crescendo 0,02 p.p. frente ao mês anterior.

Os *custos regionais*, por metro quadrado, foram: R\$ 1.119,40 no Sudeste, R\$ 1.068,69 no Norte, R\$ 1.085,08 no Centro-Oeste, R\$ 1.110,72 no Sul e R\$ 999,04 no Nordeste.

Consequência

Mesmo com a maior variação em fevereiro o índice mantém trajetória de queda. Em março, decorrente do reajuste salarial em alguns Estados, o índice deverá apresentar maior aceleração, o que irá se repetir com intensidade maior em maio, como Consequência do *dissídio* da categoria em São Paulo.

Inflação

IPP - Índices de Preço ao Produtor (Fevereiro/2018) – IBGE

Fato

O IPP apresentou variação de 0,41% em fevereiro, ficando, portanto inferior à variação do mês anterior, positivos 0,47%. No acumulado em 12 meses, houve aceleração de 0,90 p.p. frente ao apurado no mês anterior, atingindo 5,23%. No acumulado do ano a variação está em 0,89%.

Causa

No mês, as quatro maiores variações foram provenientes de *refino de petróleo e produção de álcool, metalurgia, indústrias extrativas e minerais não metálicas*. No indicador acumulado do ano, sobressaíram-se as variações positivas em *confeccção de artigos do vestuário e acessórios, indústrias extrativas, bebidas, e outros produtos químicos*.

Consequência

A *aceleração dos preços* ao produtor em fevereiro deve se configurar em menores *pressões inflacionárias* para os próximos meses.

Operações de Crédito

Nota à Imprensa (Fevereiro/2018) - BACEN

Fato

O estoque *das operações de crédito do sistema financeiro* atingiu R\$ 3,062 bilhões em fevereiro. A relação entre o *crédito total e o PIB* recuou 0,2 p.p. frente ao mês anterior. A *taxa média geral de juros das operações de crédito do sistema financeiro*, computadas as operações com *recursos livres e direcionados* atingiu 26,9% a.a., com avanço de 0,7 p.p. no mês e recuo de 5,3 p.p. em doze meses e a *taxa de inadimplência* manteve-se em 3,4%.

Causa

O *volume total das operações de crédito* em abril apresentou retração de 0,2% no mês e de 0,3% em doze meses. Os *empréstimos contratados com recursos livres* atingiram R\$ 1.568 bilhões, caindo 0,1% no mês e expandindo 2,4% com relação a fevereiro de 2017. No segmento de *pessoa jurídica*, houve aumento de 0,2% no mês chegando a R\$ 712 bilhões, destacando-se as expansões nos *adiantamentos sobre contratos de câmbio e conta garantida*. Os *empréstimos realizados às pessoas físicas* diminuíram 0,4%, chegando a R\$ 856 bilhões, com reduções nos *saldos de cartão de crédito a vista*.

No *crédito direcionado* houve queda de 0,3% no mês e de 3,1% em doze meses, chegando a R\$ 1.493 bilhões. Esse desempenho resultou de decréscimo mensal de 1,0% nos financiamentos a *pessoas jurídicas*, e aumento de 0,3% no saldo referente a *pessoas físicas*, somando R\$ 691 bilhões e R\$ 802 bilhões, respectivamente. No segmento de *pessoas jurídicas* destacou-se o recuo nos *financiamentos de investimentos com recursos do BNDES* e no segmento a *pessoas físicas* o crescimento no *crédito imobiliário*.

As *taxas médias geral de juros* apresentaram avanço de 0,7 p.p. no mês e recuo de 5,3 p.p. em doze meses. Considerando apenas o *crédito livre*, o custo médio situou-se em 42,2%, com altas de 1,1 p.p. no mês. Para *pessoa física a taxa média de juros* no crédito livre atingiu 9,7% a.a., com alta de 0,2 no mês.

A *taxa de inadimplência do sistema financeiro* manteve-se em 3,4%, registrando estabilidade. A *taxa de inadimplência* relativa a *pessoas físicas* situou-se em 3,7% e para *pessoas jurídicas* 3,1%, apresentando estabilidade nos dois casos.

Consequência

No ano, houve retração no volume total de crédito, para os próximos períodos o indicador deverá apresentar estabilidade, não devendo ocorrer maiores sobressaltos.

Setor Externo

Nota à Imprensa (Fevereiro/2018) - BACEN

Fato

Em fevereiro, as *Transações Correntes* registraram *superávit* de US\$ 283 milhões. As *reservas internacionais no conceito caixa* aumentaram US\$ 1,3 bilhão, totalizando US\$ 377,0 bilhões e a *dívida externa* bruta somou US\$ 675,8 bilhões, com aumento de US\$ 1,5 bilhão em relação à posição de dezembro de 2017.

Causa

Em doze meses, o *saldo da conta de transações correntes* foi negativo em US\$ 7,8 bilhões. A *conta capital e financeira* registrou entrada líquida de US\$ 4,7 milhões, destacando-se no mês, os *ingressos líquidos em investimentos diretos no país*, US\$ 4,7 bilhões. A *conta de serviços* registrou *déficit* de US\$ 2,5 bilhões, 4,6% superior ao observado no mesmo mês em 2017. A movimentação das *reservas*, durante o mês foi Consequência, principalmente, do *retorno de recursos em operações de linha com recompra* e a *receita de remuneração da carteira*.

Consequência

O *déficit em transações correntes* que gerava muita preocupação no passado recente tem demonstrado recuo nos últimos períodos, mitigado principalmente pelo *superávit comercial*.

Política Fiscal

Nota à Imprensa (Fevereiro/2018) - BACEN

Fato

Em fevereiro, o *setor público não financeiro* registrou *déficit* de R\$ 17,4 bilhões, acumulando no ano *superávit* de R\$ 29,5 bilhões. Em doze meses o resultado é de *déficit* de R\$ 94,3 bilhões (1,43% do PIB). O *resultado nominal* teve *déficit* de R\$ 45,8 bilhões, acumulando negativos R\$ 27,2 bilhões no ano e R\$ 484,6 bilhões (7,34% do PIB), em doze meses. A *dívida líquida do setor público* alcançou R\$ 3.431,8 bilhões (52% do PIB). O *montante dos juros apropriados* atingiu R\$ 28,4 bilhões, no mês, R\$ 56,7 bilhões no acumulado do primeiro bimestre e em doze meses os *juros* somam R\$ 390,3 bilhões, 5,91% do PIB. A *dívida bruta do governo geral* alcançou R\$ 4.957,2 bilhões, elevando-se 0,6 p.p. do PIB, atingindo 75,1%.

Causa

Na composição do *déficit primário* no mês, o *Governo Central* e as *empresas estatais* tiveram *déficit* de R\$ 19,0 bilhões e R\$ 438 milhões, respectivamente. Por outro lado os *governos regionais* tiveram *superávit* de R\$ 2 bilhões. Com relação aos *juros apropriados* em fevereiro, houve expansão de R\$ 0,1 bilhão em relação ao total apropriado em janeiro.

Com relação à *Dívida Líquida do Setor Público* como percentual do PIB, houve elevação de 0,2 p.p. na comparação com o mês anterior. Na comparação anual, a relação teve aumento de 0,4 p.p., influenciada principalmente pela *valorização cambial* e *incorporação dos juros*.

Consequência

O *resultado primário do setor público* segue apresentando *déficits*, embora menores do que nos períodos anteriores. Preocupa o crescimento na *relação Dívida/PIB* e a falta de perspectiva de uma alteração do quadro no curto prazo.

EXPECTATIVA MÉDIA ANUAL DO MERCADO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA: PIB, JUROS, CÂMBIO E INFLAÇÃO - 2018-2022

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB	TAXA DE JUROS SELIC	TAXA DE CÂMBIO R\$/US\$	TAXA DE INFLAÇÃO IPCA
2018	2,85	6,48	3,28	3,59
2019	3,07	7,45	3,35	4,11
2020	2,67	8,10	3,42	4,03
2021	2,66	8,03	3,46	3,95
2022	2,72	7,95	3,53	3,90

FONTE: Banco Central do Brasil, GERIN. Com base nas expectativas de 23/03/2018

Sinal convencional utilizado: ... dado não disponível

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% PIB) – COMPARAÇÃO MENSAL ÚLTIMOS 10 ANOS

DEZEMBRO 2007-2017

DEZ/ANO	GOVERNO FEDERAL	BACEN	GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	EMPRESAS ESTATAIS	SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO
2007	29,71	0,32	13,72	0,8	44,55
2008	24,45	-1,03	13,34	0,8	37,57
2009	29,15	-1,18	12,19	0,71	40,88
2010	26,88	-1,12	11,6	0,62	37,98
2011	24,26	-1,2	10,84	0,57	34,47
2012	22,05	-1,24	10,79	0,59	32,19
2013	20,45	-1,22	10,69	0,58	30,5
2014	22,02	-1,25	11,13	0,68	32,59
2015	25,03	-3,13	12,87	0,87	35,64
2016	35,91	-2,51	11,94	0,88	46,22
2017	41,4	-2,77	12,03	0,91	51,57

FONTE: Banco Central do Brasil, DEPEC.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM CURITIBA – JANEIRO/2018

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	CURITIBA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	26.006	70,77	36.748	26,5	98.120	2,02	1.284.498
DESLIGAMENTOS	22.424	71,33	31.437	25,93	86.483	1,86	1.206.676
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2018	665.524	70,09	949.559	25,9	2.569.121	1,76	37.868.331
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	150.103	72	208.482	23,39	641.673	1,86	8.055.690
VARIAÇÃO ABSOLUTA	3.582		5.311		11.637		77.822

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Curitiba em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – JANEIRO/2018

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	2.841	7,73	36.748	2,9	98.120	0,22	1.284.498
DESLIGAMENTOS	2.424	7,71	31.437	2,8	86.483	0,2	1.206.676
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2018	84.744	8,92	949.559	3,3	2.569.121	0,22	37.868.331
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	14.340	6,88	208.482	2,23	641.673	0,18	8.055.690
VARIAÇÃO ABSOLUTA	417		5.311		11.637		77.822

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de São José dos Pinhais em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM ARAUCÁRIA – JANEIRO/2018

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	ARAUCÁRIA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	1.485	4,04	36.748	1,51	98.120	0,12	1.284.498
DESLIGAMENTOS	1.090	3,47	31.437	1,26	86.483	0,09	1.206.676
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2018	37.328	3,93	949.559	1,45	2.569.121	0,1	37.868.331
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	5.552	2,66	208.482	0,87	641.673	0,07	8.055.690
VARIAÇÃO ABSOLUTA	395		5.311		11.637		77.822

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Araucária em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

EVOLUÇÃO DIÁRIA DO ÍNDICE BOVESPA (IBOVESPA) - MAR/2017 – FEV/2018

DIA	MAR/17	ABR/17	MAI/17	JUN/17	JUL/17	AGO/17	SET/17	OUT/17	NOV/17	DEZ/17	JAN/18	FEV/18
1	66988,87			62288,52		66.516,23	71.923,11		73.823,74	72.264,45		85.495,24
2	65854,93		66721,74	62510,69		67.135,99		74.359,82			77891,04	84041,34
3	66785,53	65211,47	66093,78		63279,58	66.777,13		76.762,91	73.915,42		77995,16	
4		65768,91	64862,6		63231,59	66.897,98	72.128,83	76.591,44		73.090,17	78.647,42	
5		64774,76	65709,73	62450,45	63154,17		72.150,87	76.617,52		72.546,17	79.071,47	81.861,09
6	66341,36	64222,72		62954,69	62470,33		73.412,41	76.054,71	74.310,79	73.268,35		83.894,04
7	65742,32	64593,1		63170,73	62322,4	67.939,65			72.414,87	72.487,46		82.766,73
8	64718,01		65526,04	62755,57		67.898,93	73.078,85		74.363,13	72.731,84	79.378,54	81.532,53
9	64585,23		66277,67	62210,55		67.671,06		75.726,80	72.930,69		78863,54	80898,7
10	64675,46	64649,81	67349,72		63025,46	66.992,08		76.897,20	72.165,63		78200,57	
11		64359,79	67537,61		63832,15	67.358,58	74.319,21	76.659,80		72.800,04	79.365,44	
12		63891,67	68221,94	61700,23	64835,55		74.538,55			73.813,53	79.349,12	
13	65534,3	62826,28		61828,99	65178,34		74.787,56	76.989,78	72.475,17	72.914,33		
14	64699,46			61922,92	65436,17	68.284,66	74.656,68		70.826,59	72.428,93		83.542,84
15	66234,87		68474,18			68.355,12	75.756,51			72.607,70	79.752,37	84.290,57
16	65782,85		68684,49	61626,41		68.594,29		76.891,83	72.511,79		79831,76	84524,58
17	64209,93	64334,92	67540,25		65212,31	67.976,79		76.201,25	73.437,28		81189,16	
18		64158,84	61597,05		65337,66	68.714,65	75.990,40	76.591,09		73.115,45	80.962,65	
19		63406,97	62639,3	62014,03	65179,92		75.974,18	76.283,16		72.680,37	81.219,50	84.792,71
20	64884,26	63760,62		60766,15	64938,01		76.004,15	76.390,51		73.367,03		85.803,96
21	62980,37			60761,74	64684,18	68.634,64	75.604,34		74.594,61	75.133,43		86.051,82
22	63521,33		61673,49	61272,21		70.011,25	75.389,75		74.518,79	75.186,53	81.675,42	86.686,45
23	63530,78		62662,48	61087,13		70.477,63		75.413,13	74.486,58		80678,35	
24	63853,77	64389,01	63257,35		65099,55	71.132,79		76.350,19	74.157,37		83680	
25		65148,34	63226,78		65667,62	71.073,65	74.443,47	76.671,13				87293,24
26		64861,92	64085,41	62188,08	65010,57		74.318,72	75.896,35		75.707,73	85.530,84	87.652,64
27	64308,38	64676,55		61675,46	65277,38		73.796,71	75.975,71	74.058,92	76.072,54		86.935,44
28	64640,45	65403,24		62017,97	65497,12	71.016,59	73.567,24		74.139,72	76.402,08		85.353,60
29	65528,28		63760,94	62238,95		71.329,85	74.293,50		72.700,45		84698,01	
30	65265,98		63962,26	62899,97		70.886,25		74.800,33	71.970,99		84482,46	
31	64984,06		62711,47		65920,36	70.835,05		74.308,49			84912,7	
MÍNIMO	62980,37	62826,28	61597,05	60761,74	62322,4	66.516,23	71.923,11	74.308,49	70.826,59	72.264,45	77.891,04	80.898,70
MÁXIMO	66988,87	65768,91	68684,49	63170,73	65920,36	71.329,85	76.004,15	76.989,78	74.594,61	76.402,00	85.530,84	87.652,64

FONTE: BM&FBovespa

NOTA: Índice Ibovespa é o valor atual, em moeda corrente, de uma carteira teórica de ações constituída em 2/1/1968 (valor-base: 100 pontos), a partir de uma aplicação hipotética. Supõe-se não ter sido efetuado nenhum investimento adicional desde então, considerando-se somente os ajustes efetuados em decorrência da distribuição de proventos pelas empresas emissoras (tais como reversão de dividendos recebidos e do valor apurado com a venda de direitos de subscrição, e manutenção em carteira das ações recebidas em bonificação). Dessa forma, o índice reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total de suas ações componentes (IBOVESPA).

INDICADORES DO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL

DATA	BRASIL				EUA	
	Fundo de Investimento Financeiro – FIF (PL mensal, R\$ milhões) 7837(1)	Valor das empresas listadas no Ibovespa (R\$ bilhões) 7848(3)	Índice Ibovespa 7845	Emissão Primária de Debêntures (R\$ milhões) 7841	Dow Jones – NYSE fechamento (pontos) 7846 (3)	Nasdaq fechamento (pontos) 7847 (4)
DEZ/07	912.869	1.764.961	63.886	1.068	13.265	2.652
DEZ/08	917.297	1.087.640	37.550	0	8.776	1.577
DEZ/09	1.086.267	1.739.615	68.588	2.720	10.428	2.269
DEZ/10	1.286.654	2.070.752	69.304	2.025	11.578	2.653
DEZ/11	1.501.728	1.833.723	56.754	220	12.218	2.605
DEZ/12	1.786.186	1.961.800	60.952	850	13.104	3.020
DEZ/13	1.939.384	1.889.777	51.507	300	16.577	4.177
DEZ/14	2.156.887	1.824.499	50.007	0	17.823	4.736
JAN/15	2.192.912	1.744.785	46.907	10.000	17.165	4.635
FEV/15	2.226.999	1.897.789	51.583	551	18.133	4.964
MAR/15	2.260.558	1.885.819	51.150	321	17.776	4.901
ABR/15	2.282.144	2.066.170	56.229	4.600	17.841	4.941
MAI/15	2.235.805	1.949.062	52.760	0	18.011	5.070
JUN/15	2.355.165	1.973.591	53.080	0	17.620	4.987
JUL/15	2.388.160	1.903.496	50.864	740	17.690	5.128
AGO/15	2.425.397	1.754.227	46.625	0	16.528	4.777
SET/15	2.343.942	1.700.335	45.059	1.350	16.285	4.620
OUT/15	2.448.624	1.678.886	45.868	1.892	17.664	5.054
NOV/15	2.465.544	1.658.564	45.120	0	17.720	5.109
DEZ/15	2.472.963	1.591.222	43.349	1.185	17.425	5.007
JAN/16	2.522.931	1.506.705	40.405	0	16.466	4.614
FEV/16	2.553.705	1.560.784	42.793	0	16.517	4.558
MAR/16	2.599.654	1.795.296	50.055	20.000	17.685	4.870
ABR/16	2.635.683	1.917.723	53.910	0	17.831	4.775
MAI/16	2.670.626	1.740.045	48.471	0	17.787	4.948
JUN/16	2.690.456	1.821.192	51.526	0	17.930	4.843
JUL/16	2.738.202	2.004.423	57.308	0	18.432	5.162
AGO/16	2.795.674	2.029.117	57.901	0	18.401	5.213
SET/16	2.820.714	2.044.580	58.367	0	18.308	5.312
OUT/16	2.860.310	2.234.166	64.924	878	18.142	5.190
NOV/16	2.887.156	2.134.704	61.906	0	19.124	5.324
DEZ/16	2.953.369	2.078.361	60.227	975	19.763	5.383
JAN/17	3.035.796	2.239.112	64.670	0	19.864	5.615
FEV/17	3.088.727	2.324.811	66.662	0	20.822	5.825
MAR/17	3.158.822	2.245.686	64.984	300	20.663	5.912
ABR/17	3.169.398	2.243.197	65.403	432	20.941	6.048
MAI/17	3.203.771	2.159.216	62.711	0	21.009	6.199
JUN/17	3.243.842	2.149.502	62.899	0	21.350	6.144
JUL/17	3.310.407	2.249.025	65.920	1.091	21.891	6.348
AGO/17	3.386.195	2.400.515	70.835	0	21.948	6.429
SET/2017	3.426.878	2.517.247	74.293	0	22.405	6.453
OUT/2017	3.468.644	2.538.691	74.308	4.537	23.377	6.728
NOV/2017	3.460.553	2.454.073	71.970	0	24.272	6.874
DEZ/2017	3.462.583	2.575.884	76.402	0	24.719	6.903
JAN/2018	3.526.747	2.916.247	84.912	0	26.149	7.411

FONTES: (1) BANCO CENTRAL DO BRASIL, (2) BOVESPA (ÍNDICE DE FECHAMENTO DO ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS), (3) DOW JONES, (4) NASDAQ

NOTA: para os anos de 2007 a 2014, os valores referem-se ao mês de dezembro, exceto para emissão de debênture que é o total do ano.

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ - 1997 - 2018

EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB
1997	4.853.587.000	14,00	3.306.968.000	36,00	1.546.619.000
1998	4.227.995.000	-13,00	4.057.589.000	23,00	170.406.000
1999	3.932.659.000	-7,00	3.699.490.000	-9,00	233.169.000
2000	4.394.161.676	0,00	4.686.228.819	0,00	-292.067.143
2001	5.320.210.841	21,07	4.928.952.244	5,18	391.258.597
2002	5.703.081.036	7,20	3.333.392.117	-32,37	2.369.688.919
2003	7.157.852.544	25,51	3.486.050.508	4,58	3.671.802.036
2004	9.405.025.640	31,39	4.026.146.368	15,49	5.378.879.272
2005	10.033.532.895	6,68	4.527.236.933	12,45	5.506.295.962
2006	10.016.337.731	-0,17	5.977.970.879	32,04	4.038.366.852
2007	12.352.857.472	23,33	9.017.987.693	50,85	3.334.869.779
2008	15.247.184.111	23,43	14.570.222.035	61,57	676.962.076
2009	11.222.826.796	-26,39	9.620.843.086	-33,97	1.601.983.710
2010	14.175.843.943	26,31	13.956.956.807	45,07	218.887.136
2011	17.394.275.271	22,70	18.767.762.576	34,47	-1.373.487.305
2012	17.709.590.951	1,81	19.387.793.769	3,30	-1.678.202.818
2013	18.239.201.710	2,99	19.345.381.499	-0,22	-1.106.179.789
2014	16.332.120.489	-10,46	17.295.813.435	-10,59	-963.692.946
2015	14.909.080.745	-8,71	12.448.504.088	-28,03	2.460.576.657
2016	15.171.099.837	1,76	11.092.307.396	-10,89	4.078.792.441
2017	18.082.394.413	19,19	11.518.546.039	3,84	6.563.848.374
JAN-FEV/2018	2.265.063.883	4,90	1.711.291.851	-5,46	553.772.032

FONTE: MDIC/SECEX

BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL - 1997 - 2018

EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)	
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%
1997	52.982.726.000	10,97	59.747.227.000	12,00	-6.764.501.000	20,82
1998	51.139.862.000	-3,48	57.763.476.000	-3,32	-6.623.614.000	-2,08
1999	48.012.790.000	-6,11	49.301.558.000	-14,65	-1.288.768.000	-80,54
2000	55.118.919.865	0,00	55.850.663.138	0,00	-731.743.273	-43,22
2001	58.286.593.021	5,75	55.601.758.416	-0,45	2.684.834.605	-466,91
2002	60.438.653.035	3,69	47.242.654.199	-15,03	13.195.998.836	391,50
2003	73.203.222.075	21,12	48.325.566.630	2,29	24.877.655.445	88,52
2004	96.677.498.766	32,07	62.835.615.629	30,03	33.841.883.137	36,03
2005	118.529.184.899	22,60	73.600.375.672	17,13	44.928.809.227	32,76
2006	137.807.469.531	16,26	91.350.840.805	24,12	46.456.628.726	3,40
2007	160.649.072.830	16,58	120.617.446.250	32,04	40.031.626.580	-13,83
2008	197.942.442.909	23,21	172.984.767.614	43,42	24.957.675.295	-37,66
2009	152.994.742.805	-22,71	127.722.342.988	-26,17	25.272.399.817	1,26
2010	201.915.285.335	31,98	181.768.427.438	42,32	20.146.857.897	-20,28
2011	256.039.574.768	26,81	226.246.755.801	24,47	29.792.818.967	47,88
2012	242.578.013.546	-5,26	223.183.476.643	-1,35	19.394.536.903	-34,90
2013	242.033.574.720	-0,22	239.747.515.987	7,42	2.286.058.733	-88,21
2014	225.100.884.831	-7,00	229.154.462.583	-4,42	-4.053.577.752	-277,32
2015	191.134.324.584	-15,09	171.449.050.909	-25,18	19.685.273.675	-585,63
2016	185.235.400.805	-3,09	137.552.002.856	-19,77	47.683.397.949	142,23
2017	217.739.177.077	17,55	150.749.452.949	9,59	66.989.724.128	40,49
JAN-FEV/2018	34.280.583.336	12,85	26.608.851.159	15,13	7.671.732.177	34.280.583.336

FONTE: DIC/SECEX

OFERTA E DEMANDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS
(Complexo soja e trigo) SAFRAS 2011/2018 (Mil toneladas)

PRODUTO	SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
Algodão em pluma	2011/12	521,7	1.893,3	3,5	2.418,5	895,2	1.052,8	470,5
	2012/13	470,5	1.310,3	17,4	1.798,2	920,2	572,9	305,1
	2013/14	305,1	1.734,0	31,5	2.070,6	883,5	748,6	438,5
	2014/15	438,5	1.562,8	2,1	2.003,4	820,0	834,3	349,1
	2015/16	349,1	1.289,2	27,0	1.665,3	660,0	804,0	201,3
	2016/17	201,3	1.529,5	33,6	1.764,4	685,0	834,1	245,3
	2017/18	245,3	1.854,9	10,0	2.110,2	725,0	950,0	435,2
Arroz em casca	2011/12	2.569,5	11.599,5	1.068,0	15.237,0	11.656,5	1.455,2	2.125,3
	2012/13	2.125,3	11.819,7	965,5	14.910,5	12.617,7	1.210,7	1.082,1
	2013/14	1.082,1	12.121,6	807,2	14.010,9	11.954,3	1.188,4	868,2
	2014/15	868,2	12.448,6	503,3	13.820,1	11.495,1	1.362,1	962,9
	2015/16	962,9	10.603,0	1.187,4	12.753,3	11.428,8	893,7	430,8
	2016/17	430,8	12.327,8	1.000,0	13.758,6	11.500,0	800,0	1.458,6
	2017/18	1.308,6	11.278,6	1.000,0	13.587,2	12.000,0	1.000,0	587,2
Feijão	2011/12	686,4	2.918,4	312,3	3.917,1	3.500,0	43,3	373,8
	2012/13	373,8	2.806,3	304,4	3.484,5	3.320,0	35,3	129,2
	2013/14	129,2	3.453,7	135,9	3.718,8	3.350,0	65,0	303,8
	2014/15	303,8	3.210,2	156,7	3.670,7	3.350,0	122,6	198,1
	2015/16	198,1	2.512,9	325,0	3.036,0	2.800,0	50,0	186,0
	2016/17	186,0	3.399,5	150,0	3.735,5	3.300,0	125,0	310,5
	2017/18	310,5	3.300,2	120,0	3.730,7	3.300,0	125,0	305,7
Milho	2011/12	4.459,6	72.979,5	774,0	78.213,1	51.903,0	22.313,7	3.996,4
	2012/13	3.996,4	81.505,7	911,4	86.413,5	53.287,9	26.174,1	6.951,5
	2013/14	6.951,5	80.051,7	790,7	87.793,9	54.541,6	20.924,8	12.327,5
	2014/15	12.327,5	84.672,4	316,1	97.316,0	56.742,4	30.172,3	10.401,3
	2015/16	10.401,3	66.530,6	3.338,1	80.270,0	53.387,8	18.883,2	7.999,0
	2016/17	6.949,9	97.842,8	800,0	105.592,7	56.165,3	30.817,8	18.609,6
	2017/18	17.710,6	87.279,0	400,0	105.389,6	59.000,0	30.000,0	16.389,6
Soja em grãos	2011/12	3.020,4	66.383,0	266,5	69.669,9	36.754,0	32.468,0	447,9
	2012/13	447,9	81.499,4	282,8	82.230,1	38.694,3	42.791,9	744,0
	2013/14	744,0	86.120,8	578,7	87.443,5	40.200,0	45.692,0	1.551,5
	2014/15	1.551,5	96.228,0	324,1	98.103,6	42.850,0	54.324,2	929,4
	2015/16	929,4	95.434,6	400,0	96.764,0	43.700,0	51.587,8	1.476,2
	2016/17	1.482,1	114.075,3	300,0	115.857,4	45.781,0	68.154,5	1.921,9
	2017/18	1.921,9	113.024,6	400,0	115.346,5	47.281,0	67.500,0	565,4
Farelo de Soja	2011/12	3.177,8	26.026,0	5,0	29.208,8	14.051,1	14.289,0	868,7
	2012/13	868,7	27.258,0	3,9	28.130,6	14.350,0	13.333,5	447,1
	2013/14	447,1	28.336,0	1,0	28.784,1	14.799,3	13.716,0	268,8
	2014/15	268,8	30.492,2	1,0	30.762,0	15.100,0	14.826,7	835,3
	2015/16	835,3	30.954,0	0,8	31.790,1	15.500,0	14.443,8	1.846,3
	2016/17	569,0	8.092,5	40,0	8.701,5	6.800,0	1.342,5	559,0
	2017/18	2.623,7	33.110,0	1,0	35.734,7	17.500,0	15.000,0	3.234,7
Óleo de soja	2011/12	988,5	6.591,0	1,0	7.580,5	5.172,4	1.757,1	651,0
	2012/13	651,0	6.903,0	5,0	7.559,0	5.556,3	1.362,5	640,2
	2013/14	640,2	7.176,0	0,1	7.816,3	5.930,8	1.305,0	580,5
	2014/15	580,5	7.722,0	25,3	8.327,8	6.359,2	1.669,9	298,7
	2015/16	298,7	7.839,0	66,1	8.203,8	6.380,0	1.254,2	569,6
	2016/17	569,0	8.385,00	40,0	8.994,00	6.800,00	1.550,00	644
	2017/18	559,0	8.385,0	40,0	8.984,0	7.100,0	1.500,0	384,0
Trigo	2011	2.201,6	5.788,6	6.011,8	14.002,0	10.144,9	1.901,0	1.956,1
	2012	1.956,1	4.379,5	7.010,2	13.345,8	10.134,3	1.683,9	1.527,6
	2013	1.527,6	5.527,8	6.642,4	13.697,8	11.381,5	47,4	2.268,9
	2014	2.268,9	5.971,1	5.328,8	13.568,8	10.713,7	1.680,5	1.174,6
	2015	1.174,6	5.534,9	5.517,6	12.227,1	10.367,3	1.050,5	809,3
	2016	809,3	6.726,80	7.088,50	14.624,60	11.517,70	576,8	2.530,10
	2017	2.530,1	4.263,5	7.200,0	13.993,6	11.287,4	500,0	2.206,2
	2018	1.906,2	4.657,0	6.800,0	13.363,2	11.287,4	400,0	1.675,8

FONTE: CONAB – 6º Levantamento - Safra 2017/18 (disponível em: www.conab.gov.br)

Notas: Estimativa em março 2018/ Estoque de Passagem - Algodão, Feijão e Soja: 31 de Dezembro - Arroz 28 de Fevereiro - Milho 31 de Janeiro - Trigo 31 de Julho.

PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA SOJA - BRASIL E MAIORES ESTADOS PRODUTORES – 1989-2018
(Mil toneladas e mil hectares)

Ano	Brasil			Maiores Estados Produtores									
	Produção	Área Colhida	Rendimento Médio	Mato Grosso		Paraná		Goiás		Mato Grosso do Sul		Minas Gerais	
			(Kg/ha)	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área colhida	Produção	Área colhida
1989/1990	20.101	11.551	1.740	2.901	1.503	4.572	2.286	1.411	941	1.934	1.209	875	583
1990/1991	15.395	9.743	1.580	2.607	1.100	3.617	1.966	1.659	790	2.300	1.013	963	472
1991/1992	19.419	9.582	2.027	3.485	1.452	3.415	1.798	1.804	820	1.929	970	1.003	456
1992/1993	23.042	10.717	2.150	4.198	1.713	4.720	2.000	1.968	984	2.229	1.067	1.159	552
1993/1994	25.059	11.502	2.179	4.970	1.996	5.328	2.110	2.387	1.090	2.440	1.109	1.234	600
1994/1995	25.934	11.679	2.221	5.440	2.295	5.535	2.121	2.133	1.123	2.426	1.098	1.188	600
1995/1996	23.190	10.663	2.175	4.687	1.905	6.241	2.312	2.046	909	2.046	845	1.040	528
1996/1997	26.160	11.381	2.299	5.721	2.096	6.566	2.496	2.478	991	2.156	862	1.176	523
1997/1998	31.370	13.158	2.384	7.150	2.600	7.191	2.820	3.372	1.338	2.282	1.087	1.383	601
1998/1999	30.765	12.995	2.367	7.134	2.548	7.723	2.769	3.418	1.325	2.740	1.054	1.336	577
1999/2000	32.890	13.623	2.414	8.801	2.905	7.130	2.833	4.073	1.455	2.501	1.107	1.397	594
2000/2001	38.432	13.970	2.751	9.641	3.120	8.623	2.818	4.158	1.540	3.130	1.065	1.496	642
2001/2002	42.230	16.386	2.577	11.733	3.853	9.502	3.291	5.420	1.902	3.279	1.192	1.949	719
2002/2003	52.018	18.475	2.816	12.949	4.420	10.971	3.638	6.360	2.171	4.104	1.415	2.333	874
2003/2004	49.793	21.376	2.329	15.009	5.241	10.037	3.936	6.147	2.572	3.325	1.797	2.659	1.066
2004/2005	52.305	23.301	2.245	17.937	6.105	9.707	4.148	6.985	2.662	3.863	2.031	3.022	1.119
2005/2006	55.027	22.749	2.419	16.700	6.197	9.646	3.983	6.534	2.542	4.445	1.950	2.483	1.061
2006/2007	58.392	20.687	2.822	15.359	5.125	11.916	3.979	6.114	2.191	4.881	1.737	2.568	930
2007/2008	60.018	21.313	2.816	17.848	5.675	11.896	3.977	6.544	2.180	4.569	1.731	2.537	870
2008/2009	57.166	21.743	2.629	17.963	5.828	9.510	4.069	6.836	2.307	4.180	1.716	2.751	929
2009/2010	68.688	23.468	2.927	18.767	6.225	14.079	4.485	7.343	2.550	5.308	1.712	2.872	1.019
2013/2014	86.121	30.173	2.854	26.442	8.616	14.781	5.010	8.995	3.102	6.148	2.120	3.327	1.238
2014/2015	96.228	32.093	2.998	28.018	8.934	17.210	5.225	8.625	3.325	7.178	2.301	3.507	1.319
2015/2016	95.434	33.251	2.870	26.031	9.140	16.845	5.451	10.250	3.285	7.241	2.430	4.731	1.469
2016/2017	114.075	33.909	3.364	30.513	9.322	19.586	5.250	10.819	3.278	8.576	2.522	5.067	1.456
2017/2018	113.025	35.046	3.225	30.859	9.519	18.526	5.464,8	11.176	3.387	8.818	2.656	4.965	1.490

FONTE: CONAB – 5º Levantamento - Safra 2017/18 (disponível em: www.conab.gov.br)

Notas: Estimativa em março/2018

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL PARA PAÍSES SELECIONADOS – 2004-2017

PAÍSES	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Mundo	5,40	4,90	5,50	5,60	3,00	-0,10	5,40	4,30	3,50	3,50	3,60	3,40	3,20	3,60
África do Sul	4,60	5,30	5,60	5,40	3,20	-1,50	3,00	3,30	2,20	2,50	1,70	1,30	3,20	0,70
Alemanha	0,70	0,90	3,90	3,40	0,80	-5,60	3,90	3,70	0,70	0,60	1,90	1,50	1,90	2,00
Argentina	9,00	8,90	8,00	9,00	4,10	-5,90	10,10	6,00	-1,00	2,40	-2,50	2,60	-2,20	2,50
Bolívia	4,20	4,40	4,80	4,60	6,10	3,40	4,10	5,20	5,10	6,80	5,50	4,90	4,30	4,20
Brasil	5,80	3,20	4,00	6,10	5,10	-0,10	7,50	4,00	1,90	3,00	0,50	-3,80	-3,60	0,70
Canadá	3,10	3,20	2,60	2,10	1,00	-2,90	3,10	3,10	1,70	2,50	2,60	0,90	1,50	3,00
Chile	7,20	5,70	6,30	4,90	3,50	-1,60	5,80	6,10	5,30	4,00	1,90	2,30	1,60	1,40
China	10,10	11,30	12,70	14,20	9,60	9,20	10,60	9,50	7,90	7,80	7,30	6,90	6,70	6,80
Colômbia	5,30	4,70	6,70	6,90	3,50	1,70	4,00	6,60	4,00	4,90	4,40	3,10	2,00	1,70
Coréia do Sul	4,9	3,92	5,18	5,46	2,83	0,71	6,5	3,68	2,29	2,9	3,34	2,79	2,83	...
Equador	8,20	5,30	4,40	2,20	6,40	0,60	3,50	7,90	5,60	4,90	4,00	0,20	-1,50	0,20
Estados Unidos	3,80	3,30	2,70	1,80	-0,30	-2,80	2,50	1,60	2,20	1,70	2,60	2,90	1,50	2,20
França	2,80	1,60	2,40	2,40	0,20	-2,90	2,00	2,10	0,20	0,60	0,90	1,10	1,20	1,60
Índia	7,80	9,30	9,30	9,80	3,90	8,50	10,30	6,60	5,50	6,40	7,50	8,00	7,10	6,70
Indonésia	5,00	5,70	5,50	6,30	7,40	4,70	6,40	6,20	6,00	5,60	5,00	4,90	5,00	5,20
Itália	1,60	0,90	2,00	1,50	-1,10	-5,50	1,70	0,60	-2,80	-1,70	0,10	0,80	0,90	1,50
Japão	2,20	1,70	1,40	1,70	-1,10	-5,40	4,20	-0,10	1,50	2,00	0,30	1,10	1,00	1,50
México	4,30	3,00	5,00	3,10	1,40	-4,70	5,10	4,00	4,00	1,40	2,30	2,60	2,30	2,10
Paraguai	4,10	2,10	4,80	5,40	6,40	-4,00	13,10	4,30	-1,20	14,00	4,70	3,00	4,10	3,90
Peru	5,00	6,30	7,50	8,50	9,10	1,00	8,50	6,50	6,00	5,80	2,40	3,30	4,00	2,70
Reino Unido	2,50	3,00	2,50	2,60	-0,60	-4,30	1,90	1,50	1,30	1,90	3,10	2,20	1,80	1,70
Rússia	7,20	6,40	8,20	8,50	5,20	-7,80	4,50	5,10	3,70	1,80	0,70	-2,80	-0,20	1,80
Tailândia	6,30	4,20	5,00	5,40	1,70	-0,70	7,50	0,80	7,20	2,70	0,90	2,90	3,20	3,70
Uruguai	2,30	4,60	6,80	4,10	6,50	7,20	4,20	7,80	5,20	3,50	4,60	3,20	0,40	1,50
Venezuela	18,30	10,30	9,90	8,80	5,30	-3,20	-1,50	4,20	5,60	1,30	-3,90	-6,20	-16,50	-12,00

FONTES: Fundo Monetário Internacional, International Financial Statistics
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL MÉDIA PARA PAÍSES SELECIONADOS (PREÇOS AO CONSUMIDOR) 2004-2017

PAÍSES	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Mundo	3,80	4,10	4,10	4,30	6,30	2,70	3,70	5,00	4,10	3,70	3,20	2,80	2,80	3,10
África do Sul	1,40	3,40	4,60	7,20	11,00	7,10	4,30	5,00	5,60	5,80	6,10	4,60	6,30	5,40
Alemanha	1,80	1,90	1,80	2,30	2,80	0,20	1,10	2,50	2,10	1,60	0,80	0,10	0,40	1,60
Argentina	1,80	1,90	1,80	2,30	2,80	0,20	1,10	2,50	2,10	1,60	0,80	0,10	0,40	1,60
Bolívia	4,40	5,40	4,30	6,70	14,00	3,30	2,50	9,90	4,50	5,70	5,80	4,10	3,60	3,20
Brasil	6,60	6,90	4,20	3,60	5,70	4,90	5,00	6,60	5,40	6,20	6,30	9,00	8,70	3,70
Canadá	1,80	2,20	2,00	2,10	2,40	0,30	1,80	2,90	1,50	0,90	1,90	1,10	1,40	1,60
Chile	1,10	3,10	3,40	4,40	8,70	1,50	1,40	3,30	3,00	1,90	4,40	4,30	3,80	2,30
China	3,90	1,80	1,50	4,80	5,90	-0,70	3,30	5,40	2,60	2,60	2,00	1,40	2,00	1,80
Colômbia	5,90	5,10	4,30	5,50	7,00	4,20	2,30	3,40	3,20	2,00	2,90	5,00	7,50	4,30
Coréia do Sul	2,75	2,24	2,53	4,67	2,76	2,94	4,03	2,19	1,3	1,27	0,71	0,97	2,75	...
Equador	2,70	2,20	3,30	2,30	8,40	5,20	3,60	4,50	5,10	2,70	3,60	4,00	1,70	0,70
Estados Unidos	2,70	3,40	3,20	2,90	3,80	-0,30	1,60	3,10	2,10	1,50	1,60	0,10	1,30	2,10
França	2,30	1,90	1,90	1,60	3,20	0,10	1,70	2,30	2,20	1,00	0,60	0,10	0,30	1,20
Índia	3,80	4,40	6,70	6,20	9,10	10,60	9,50	9,50	10,00	9,40	5,80	4,90	4,50	3,80
Indonésia	6,10	10,50	13,10	6,70	9,80	5,00	5,10	5,30	4,00	6,40	6,40	6,40	3,50	4,00
Itália	2,30	2,20	2,20	2,00	3,50	0,80	1,60	2,90	3,30	1,20	0,20	0,10	-0,10	1,40
Japão	0,00	-0,30	0,30	0,10	1,40	-1,30	-0,70	-0,30	-0,10	0,30	2,80	0,80	-0,10	0,40
México	4,70	4,00	3,60	4,00	5,10	5,30	4,20	3,40	4,10	3,80	4,00	2,70	2,80	5,90
Paraguai	4,30	6,80	9,60	8,10	10,20	2,60	4,70	8,30	3,70	2,70	5,00	3,10	4,10	3,50
Peru	3,70	1,60	2,00	1,80	5,80	2,90	1,50	3,40	3,70	2,80	3,20	3,50	3,60	3,20
Reino Unido	1,30	2,10	2,30	2,30	3,60	2,20	3,30	4,50	2,80	2,60	1,50	0,00	0,70	2,60
Rússia	10,90	12,70	9,70	9,00	14,10	11,70	6,90	8,40	5,10	6,80	7,80	15,50	7,00	4,20
Tailândia	2,80	4,50	4,70	2,20	5,50	-0,80	3,30	3,80	3,00	2,20	1,90	-0,90	0,20	0,60
Uruguai	9,20	4,70	6,40	8,10	7,90	7,10	6,70	8,10	8,10	8,60	8,90	8,70	9,60	6,10
Venezuela	31,09	21,75	15,95	13,66	18,70	31,44	27,08	28,19	26,09	21,07	40,64	62,17	121,74	254,95

FONTE: Fundo Monetário Internacional, International Financial Statistics
Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

Equipe Técnica



Carlos Ilton Cleto

Economista, doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



Gilmar Mendes Lourenço

Economista, mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



Rafael Polay Alcântara

Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da FAE.